



portalbenews.com.br

INSIGHT Frederico Bussinger: resiliência precisa sair do conceito e chegar às obras
▶ **p3**



MUNDO CORPORATIVO Rodrigo de Barros: criatividade ganha valor na era da inteligência artificial
▶ **p17**



Divulgação

Leilão de Brasília inclui dez aeroportos regionais



Disputa será em 17 de dezembro e prevê mais de R\$ 2 bilhões em investimentos no terminal da capital e em unidades do AmpliAR ▶ **p7**

Divulgação



MPor cria monitoramento para antecipar gargalos nos portos ▶ **p9**

LOGÍSTICA Amazon e DHL inauguram centro de distribuição em Cariacica
▶ **p11**

PETRÓLEO E GÁS Lula assina decreto e MP que ampliam subsídio a combustíveis
▶ **p14**

JUSTIÇA Fachin anula decisões de Mendonça e Dino sobre diretor-geral da PF
▶ **p21**

EDITORIAL

Brasília e dez regionais: o modelo certo para uma aviação mais conectada

A repactuação da concessão do Aeroporto de Brasília (DF), com a incorporação de dez aeroportos regionais pelo Programa AmpliAR, do Ministério de Portos e Aeroportos, é a iniciativa mais concreta disponível hoje para ampliar a conectividade aérea no interior do Brasil. O leilão desses ativos em dezembro é uma oportunidade que o setor não pode deixar passar.

O edital dessa concorrência, publicado nessa quarta-feira, combina dois movimentos importantes. O primeiro é o investimento no hub de Brasília: R\$ 1,2 bilhão para novo terminal internacional, edifício-garagem e nova via de acesso, num aeroporto que recebeu 9,7 milhões de passageiros nos primeiros sete meses de 2026 e que precisa de capacidade física compatível com sua posição de quarto maior terminal do País. O segundo, e mais relevante do ponto de vista estratégico, é a incorporação de dez aeroportos regionais ao contrato pelo Programa AmpliAR — Alto Paraíso de Goiás (GO), Barreiras (BA), Bonito (MS), Cáceres (MT), Dourados (MS), Juína (MT), Ponta Grossa (PR), Tangará da Serra (MT), Três Lagoas (MS) e São Miguel do Araguaia (GO) — com R\$ 857,8 milhões estimados em investimentos para ampliação, manutenção e operação. Essa combinação num único contrato de concessão o modelo que transforma o hub em indutor de conectividade regional, e não apenas em ponto de concentração de demanda.

A lógica do AmpliAR resolve um problema que o modelo tradicional de concessão aeroportuária no Brasil nunca conseguiu enfrentar de forma sistemática: os aeroportos regionais rentáveis atraem investidores; os não rentáveis ficam com a Infraero, subfinanciados e operacionalmente defasados. Ao vincular dez terminais regionais ao contrato de Brasília, o edital cria o subsídio cruzado que torna viável investir em aeroportos com baixo volume de passageiros, como Juína ou São Miguel do Araguaia, a partir da receita de um hub que processa quase 17 milhões de passageiros por ano. O concessionário que operar Brasília terá incentivo para desenvolver as rotas que alimentam o hub. E as rotas que alimentam o hub são exatamente as que conectam o interior do Centro-Oeste e do Nordeste a Brasília. É uma lógica que funciona quando os aeroportos regionais incluídos no pacote têm potencial de crescimento com o investimento certo, o que a Fase de Diagnóstico Inicial, que permitirá ao futuro operador avaliar as condições físicas e fundiárias antes da definição definitiva das intervenções, foi desenhada para verificar.

O processo de repactuação que resultou nesse edital merece registro pelo que ele representa institucionalmente. Uma solução consensual homologada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após consulta pública e etapa de conciliação entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Secretaria Nacional de Aviação Civil e a concessionária atual, é o modelo de resolução de conflito contratual que o setor de infraestrutura brasileiro raramente consegue praticar sem litígio prolongado. A redução da alíquota mínima da Contribuição Variável de 5,9% para 5,13%, justificada pela inclusão de novos investimentos obrigatórios, e a definição do valor de aquisição da participação da Infraero em R\$ 628,76 milhões são ajustes que chegaram ao edital depois de negociação técnica, não de decreto unilateral. Isso cria um precedente de governança contratual que outros processos de repactuação e relicitação no setor deveriam seguir.

O dia 17 de dezembro, quando o leilão ocorrerá na B3, a bolsa de valores de São Paulo (SP), é uma das datas mais importantes para a aviação civil brasileira no segundo semestre de 2026. O critério de julgamento pelo maior percentual de Contribuição Variável sobre a receita bruta, com piso de 5,13%, é um mecanismo competitivo que tende a atrair operadores com confiança na trajetória de crescimento do tráfego em Brasília, e que recolherá valor crescente aos cofres públicos a partir de 2031, quando começa o pagamento. A exigência de garantia de proposta de R\$ 56,84 milhões seleciona competidores com capacidade financeira real. O que o Governo Federal precisa garantir, agora, é que o período entre a publicação do edital e o leilão, três meses, seja suficiente para que investidores internacionais com interesse no ativo possam concluir sua due diligence e formular propostas competitivas. Concessões de aeroportos da escala de Brasília atraem grupos globais de infraestrutura aeroportuária — Vinci, Fraport, Aena — e esse tipo de investidor precisa de tempo de análise compatível com a complexidade do contrato.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, disse, ao encerrar recente missão na China, que o Brasil está aberto ao investimento e quer parceiros de longo prazo. O edital de Brasília é a prova concreta disso em aviação: um contrato estruturado, com homologação do TCU, modelo de subsídio cruzado que cria racionalidade econômica para os regionais e processo competitivo transparente. Que o leilão de dezembro confirme esse sinal e que os dez aeroportos do AmpliAR comecem a receber, em 2027, o investimento que cidades como Bonito, Juína e São Miguel do Araguaia esperam há anos.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
7 Governo agenda leilão do Aeroporto de Brasília para 17 de dezembro

- EDITORIAL
2 “Brasília e dez regionais: o modelo certo para uma aviação mais conectada”
INSIGHT
3 “Infraestruturas resilientes: o que falta?”, por Frederico Bussinger
HUB
4 Governo amplia pacote para conter alta dos combustíveis
POLÍTICA
4 Caso Master: Lula pede fim do sigilo das investigações
6 TSE abre investigação contra Flávio após ato em Barretos
Tribunal barra propaganda de Caiado
TRANSPORTES | AEROPORTOS
8 Entenda quando Congonhas poderá operar além das 23h
TRANSPORTES | PORTOS
9 MPor cria monitoramento para antecipar gargalos nos portos
Laura Pausini terá cruzeiro temático com saída do Porto de Santos
TRANSPORTES | OPINIÃO
10 “Quando o diálogo entra na rota”, por Rodrigo Vilaça
LOGÍSTICA
11 Amazon e DHL inauguram centro de distribuição em Cariacica
Evergreen amplia monitoramento de contêineres refrigerados
LOGÍSTICA | OPINIÃO
12 “Mais equipamentos nem sempre significam maior eficiência”, por Beto Umbuzeiro
BRASIL EXPORT
13 Sul Export discute concessões de hidrovias e serviços portuários
PETRÓLEO E GÁS
14 Lula assina decreto e MP que ampliam subsídio a combustíveis
COMÉRCIO EXTERIOR
15 Itália está aberta ao diálogo após UE vetar carne brasileira
Trump barra produtos canadenses
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
16 Consulta de dados exige atenção à LGPD desde a contratação
MUNDO CORPORATIVO | OPINIÃO
17 “A inteligência artificial mudou o que significa ser um bom profissional”, por Rodrigo de Barros
FINANÇAS
19 Dinheiro esquecido em instituições financeiras chega a R\$ 5,65 bilhões
20 Dólar vai a R\$ 5,11 com aversão ao risco no exterior e ajustes
Ibovespa cai quase 1% em dia tenso
JUSTIÇA
21 Fachin anula decisões de Mendonça e Dino sobre diretor-geral da PF
22 Andrei Rodrigues tem 48h para se manifestar sobre relatórios
Redes sociais: 73% discordam de Mendonça
23 Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das fake News
Mendonça solta ex-procurador do INSS
INTERNACIONAL
24 Rubio não descarta implantação de base dos EUA na Colômbia
Reino Unido promete defender Malvinas



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Conselheiro do Fórum Brasil Export. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

▶ PLANEJAMENTO

Infraestruturas resilientes: o que falta?

Resiliência (e suas derivações) passou a ser termo corrente do nosso dia-a-dia. E usado em várias áreas do conhecimento e contextos: pessoal, familiar, acadêmico, profissional, comunitário, saúde, organizacional; p.ex.

Etimologicamente, a palavra deriva diretamente do latim “resilire”, que significa “saltar para trás, recuar, voltar ao estado anterior”. Em 1620, o termo aparece pela primeira vez registrado em inglês com sentido de “ato de retornar ou voltar à posição original”, aplicado principalmente a coisas imateriais: ideias, estados, movimentos. No Século XIX, ele ganha uso técnico em Física e Engenharia para descrever elasticidade. Em meados do Século XX, o termo é adotado pela Psicologia (saúde mental) para descrever a capacidade humana de lidar com adversidades e recuperar-se (estresse, em particular). A partir dos anos 1990, passou a ser usado pela Sociologia no contexto de políticas sociais visando à superação de vulnerabilidades.

A Revolução Industrial (Séculos XVIII-XIX) gestou a manutenção como técnica, planejamento e organização para preservar o funcionamento de máquinas e sistemas segundo previsões e especificações. Inicialmente apenas corretiva, evoluiu ao longo dos dois últimos séculos pela prevenção, pela manutenção progressiva. Envolveu conceitos estatísticos (como média móvel, popularizada durante a pandemia de covid) e econômicos. Articulou áreas do conhecimento para desenvolver abordagens como “custo do ciclo de vida”. No passado recente, a indústria (economia) 4.0 (sensores e IA, p.ex) ampliou enormemente a capacidade de diagnósticos e previsões.

Mas também o escopo de atuação da manutenção foi ampliado ao longo desse período, para abranger equipamentos domésticos e de uso pessoal, equipamentos e sistemas de/para serviços públicos e infraestruturas: “infraestruturas críticas” (IC, objeto do artigo anterior nesta coluna), em particular.

Entretanto, eventos extremos, cada vez mais frequentes, têm revelado que manutenção, apenas/sozinha, não basta para garantia do funcionamento adequado de IC: a seca na Amazônia, mais uma vez este ano, e suas consequências afetando a navegação na região, e as inundações no Rio Grande do Sul, em 2024, e seus impactos, p.ex, sobre estradas, pontes, aeroportos, ferrovias, alguns dos quais até hoje não totalmente reparados, mostram que é necessário ir além: infraestruturas resilientes – IR podem contribuir para reduzir mortes, prejuízos e danos estruturais!

Grande contribuição nesse sentido foi dada por C. S Holling, em 1973, com o artigo “Resilience and Stability of Ecological Systems”, hoje uma referência, tratando da capacidade de ecossistemas se recuperarem após perturbações.

Do que se trata?

A Organização das Nações Unidas (ONU), p.ex, tem o “UN Office for Disaster Risk Reduction – UNDRR”. E sob o “Sendai Framework for

Disaster Risk Reduction”, dentre as inúmeras definições adotadas sobre o tema, em fevereiro de 2017, por sua assembleia geral, a partir de relatório do grupo de peritos (OIEWG, sigla em inglês), assim define resiliência: “A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, acomodar, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um risco de maneira oportuna e eficiente, incluindo por meio da preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais por meio da gestão de riscos”.

O 9º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criado pela ONU, propõe, explicitamente, a construção de IR, definidas como: “aquela capaz de resistir, absorver ou se recuperar de impactos de maneira rápida e eficiente, inclusive a partir da preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais”.

Do conceito à prática, são considerados componentes essenciais da infraestrutura resiliente: a) Resistência: suportar impactos imediatos (tempestades, enchentes, calor extremo); b) Absorção: reduzir danos e manter operações mínimas; c) Adaptação: ajustar-se a novas condições climáticas, tecnológicas ou sociais; d) Recuperação rápida: restabelecer serviços essenciais com agilidade.

Esses conceitos e objetivos, de certa forma, integram a “Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas - PNSIC” (Decreto nº 9.573/2018): “São objetivos da PNSIC: I - a prevenção de eventual interrupção, total ou parcial, das atividades relacionados às infraestruturas críticas ou, no caso de sua ocorrência, a redução dos impactos dela resultantes;... V - o desenvolvimento, com enfoque na prevenção, de uma consciência acerca da segurança de infraestruturas críticas” (Art. 3º)

Há também uma farta literatura disponível na internet sobre o tema, valendo destacar, p.ex, publicações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como “Infrastructure for a Climate-Resilient Future”; e “Good Governance for Critical Infrastructure Resilience”. Do Banco Mundial: “Lifelines: The Resiliente Infrastrucutre Opportunity”; “Resilience and Disaster Management”; e “Economic Benefits of Reliable and Resilient Infrastructure”. E o manual “Climate-Resilient Infrastructure Handbook”, do “Global Center on Adaptation”.

Além das periódicas secas amazônicas e inundações gaúchas, já mencionadas, vale lembrar que, também periodicamente, enchentes do Rio Itajaí-Açu afetam os portos de Itajaí e Navegantes. As estradas (rodovias e ferrovias) do Sudeste sofrem com deslizamentos provocados por chuvas na região, também periódicas. E há previsões de elevação do nível dos mares, essa aparentemente contínua. Tudo apontando para a necessidade e conveniência da adoção de infraestruturas mais resilientes.

Literatura não falta. Benchmarking de boas práticas tampouco. Previsões legais e normativas (internacionais e no Brasil) há. “Just do it”, como estimula conhecida marca esportiva!

Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

E HÁ PREVISÕES DE ELEVAÇÃO DO NÍVEL DOS MARES, ESSA APARENTEMENTE CONTÍNUA. TUDO APONTANDO PARA A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DA ADOÇÃO DE INFRAESTRUTURAS MAIS RESILIENTES

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenenews.com.br

Para segurar os preços

O governo federal anunciou nessa quarta-feira, dia 9, a ampliação de um pacote emergencial de desonerações e subsídios para amortecer o repasse da disparada internacional do petróleo aos preços dos combustíveis no Brasil. A ofensiva estatal combina a publicação de um decreto e de duas medidas provisórias que reduzem em R\$ 0,63 por litro a tributação federal sobre a gasolina, zeram os impostos do etanol hidratado e instituem uma subvenção direta inicial de R\$ 1,00 por litro de óleo diesel rodoviário para produtores e importadores. As ações substituem e expandem o modelo de subsídios temporários que vigorava até então no País.

Fatores internacionais

A reestruturação da política de contenção de preços tem como base a permanência da volatilidade geopolítica no Oriente Médio, que empurrou as cotações do petróleo tipo Brent de volta à casa dos US\$ 100 por barril e gerou graves gargalos na rota estratégica do Estreito de Ormuz. Como o Brasil depende de importações externas para suprir mais de 25% de seu consumo interno de óleo diesel, a exposição às oscilações internacionais tornou inevitável o amparo fiscal para conter o encarecimento do frete.

Combustíveis leves

No tocante aos combustíveis leves, a redução de PIS/Pasep e Cofins sobre a gasolina diminui a carga tributária federal de R\$ 0,79 para R\$ 0,16 por litro entre 10 de setembro e 5 de outubro, substituindo o mecanismo prévio de subvenção de R\$ 0,44. Para o etanol hidratado, o zeramento dos tributos federais assegura um alívio direto de R\$ 0,19 por litro, preservando a competitividade do biocombustível nas bombas. O levantamento da plataforma GlobalPetrolPrices indica que a intervenção governamental permitiu ao Brasil conter a alta da gasolina em 3,3% entre fevereiro e setembro, frente a uma média global de 20,8%, enquanto o diesel subiu 7,3% em solo nacional, contra 30% no mercado internacional.

Enel: falhas graves

A Justiça de São Paulo reconheceu falhas graves na prestação de serviços da Enel Distribuição São Paulo, durante o apagão provocado pelo ciclone extratropical ocorrido em dezembro de 2025, evento que deixou mais de 2 milhões de consumidores sem luz na Região Metropolitana. A decisão atende a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e rejeita a tese da concessionária de que o fenômeno climático, por sua magnitude, seria causa suficiente para isentar sua responsabilidade civil e operacional.

Caso Master: Lula pede fim do sigilo das investigações

Presidente disse que é urgente revelar o que foi apurado sobre todos os envolvidos, “doa a quem doer”

Estadão Conteúdo

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quarta-feira, 9, que “é urgente a quebra completa do sigilo das investigações de todos os envolvidos no caso Master”.

Esta foi a manifestação mais contundente do presidente sobre o caso e representa uma mudança de rota em sua campanha para tentar responder ao desgaste sofrido nas últimas semanas.

“É urgente a quebra completa do sigilo das investigações de todos os envolvidos no caso Master, seja quem for, doa a quem doer. O Brasil precisa saber a verdade”, completou o petista.

Em publicação no X no fim da manhã desta quarta, Lula citou a operação Spoofing (originada a partir das conversas hackeadas dos telefones do ex-juiz

Sérgio Moro e do ex-procurador Deltan Dallagnol) como um “exemplo a ser seguido” para a “divulgação da verdade”.

“Diante da gravidade do maior crime financeiro da história do Brasil, o povo brasileiro precisa de explicações e medidas imediatas para enfrentar a crise institucional que tomou conta do Poder Judiciário. Se faz necessário mais transparência e não vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral. A divulgação da verdade, como aconteceu na Operação Spoofing, conduzida pelo então ministro Lewandowski, é um exemplo a ser seguido”, afirmou o presidente da República.

A operação Spoofing foi deflagrada para apurar a invasão das contas de Moro e Dallagnol no aplicativo Telegram. Foi a partir desta operação que as conversas, que serviriam de base para a anulação das condenações contra o presidente Lula, foram incluídas no Judiciário. As defesas dos réus na Lava Jato, então, tiveram acesso a esse conteúdo e puderam usá-lo para contestar suas condenações, o que aconteceu com o petista.

Sem ataques

A publicação nas redes sociais de Lula nesta quarta segue a estratégia traçada pela campanha do presidente de evitar ataques diretos ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), por causa da investigação no caso do Banco Master. Ainda assim, as decisões mais recentes do ministro, e os sequenciais vazamentos de partes das investigações, irritaram o presidente e seus aliados mais próximos.

Há uma impressão geral de que a conduta de André Mendonça busca blindar e inflar a campanha presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL). O ministro é questionado, por exemplo, pela demora nas decisões que envolvem pessoas ligadas à direita (especialmente no caso do financiamento do filme Dark Horse) e pela rapidez em atitudes ligadas à esquerda.

Ricardo Stuckert



Lula afirmou que o povo brasileiro precisa de explicações e medidas imediatas para enfrentar a crise institucional do Poder Judiciário

CALENDÁRIO BRASIL EXPORT 2026

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

- | | |
|--|---|
| ✓ 5 DE MARÇO Pernambuco Export
Recife, PE | ✓ 28 E 29 MAIO Santos Export
Guarujá, SP |
| ✓ 19 E 20 MARÇO Norte Export
Manaus, AM | ✓ 8 E 9 JUNHO Nordeste Export
Maceió, AL |
| ✓ 9 E 10 ABRIL Bahia Export
Salvador, BA | ✓ 23 E 24 JULHO Centro-Oeste Export
Rio Verde, GO |
| ✓ 13 ABRIL Brasil Tech Export
São Paulo, SP | ✓ 13 E 14 AGOSTO Sudeste Export
Vitória, ES |
| ✓ 23 ABRIL Meeting Brasil-Japão
São Paulo, SP | 17 E 18 SETEMBRO Sul Export
Foz do Iguaçu, PR |
| ✓ 27 E 28 ABRIL Rio de Janeiro Export
Rio de Janeiro, RJ | 6 A 8 OUTUBRO Fórum Nacional Brasil Export
Infraestrutura Minas e Energia
Brasília, DF |
| ✓ 14 E 15 MAIO Mercosul Export
Buenos Aires, Argentina | 1 A 6 NOVEMBRO Missão Internacional
do Brasil Export
Japão |

Discutindo ideias e apontando caminhos, no Brasil e no mundo.

www.forumbrasilexport.com.br

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

POLÍTICA

TSE abre investigação contra Flávio após ato em Barretos

Justiça Eleitoral acatou pedido da coligação de Lula sobre suposto abuso de poder econômico. Candidato do PL à presidência participou da Festa do Peão de Boiadeiro

Reprodução / Redes Sociais

Estadão Conteúdo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou o prosseguimento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República, e Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, candidato a vice-presidente, por suposto abuso de poder econômico durante a 71ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em São Paulo.

A decisão considera que os fatos apresentados pela Coligação Brasil Pronto pra Mais, de Lula e Geraldo Alckmin, podem, em tese, configurar irregularidade eleitoral e, por isso, devem ser apurados. O Estadão solicitou à campanha de Flávio e Gaspar uma manifestação sobre o tema. O espaço está aberto para o posicionamento.

A ação questiona a participação de Flávio no evento realizado em 22 de agosto. Segundo a coligação, o candidato teria utilizado o palco principal de shows,



A acusação que Flávio utilizou o palco, a estrutura técnica e a audiência do festival, o que representaria financiamento empresarial indireto de campanha

cujas estrutura seria custeada por empresas privadas, para fazer um discurso de caráter eleitoral diante de um público estimado em 60 mil pessoas.

A representação afirma ainda que Flávio foi apresentado à plateia após ser chamado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e pelo locutor contratado para conduzir o evento.

Financiamento indireto

Na ação, a coligação liderada por Lula sustenta que a

utilização do palco, da estrutura técnica e da audiência do festival teria representado uma forma indireta de financiamento empresarial da campanha.

O argumento é de que os candidatos teriam recebido uma estrutura de grande alcance sem uma contrapartida financeira equivalente, o que seria vedado pela legislação eleitoral.

A representação também questiona o fato de o discurso ter ocorrido em um estádio, apontado pela parte autora como bem de uso comum, e sustenta que

a exposição alcançada no evento foi ampliada posteriormente pela repercussão nas redes sociais e na imprensa.

A coligação pediu a produção de provas, incluindo vídeos, contratos de patrocínio, comprovantes de despesas e informações sobre o impacto digital das publicações relacionadas ao episódio.

Ao analisar a admissibilidade da ação, a Corregedoria-Geral Eleitoral entendeu que a petição apresenta fatos determinados, com indicação de data, local e

possível benefício eleitoral obtido pelos investigados.

Registros

A decisão destaca que a representação foi acompanhada de registros audiovisuais dos discursos, notícias sobre o episódio, informações sobre os patrocinadores do festival e indicação de testemunha.

O tribunal ressaltou, porém, que a análise nesta etapa é apenas de admissibilidade. A decisão sobre a produção das demais provas será tomada depois que os investigados apresentarem suas defesas, quando estará delimitado o conjunto de questões que ainda precisam ser esclarecidas. Flávio Bolsonaro e Alfredo Gaspar foram citados e terão cinco dias para apresentar defesa. Depois disso, o processo volta para análise da Corregedoria-Geral Eleitoral.

A coligação liderada por Lula pede, ao final, que, caso seja comprovado o abuso de poder econômico e reconhecida a gravidade exigida pela legislação, sejam cassados os registros de candidatura dos dois e declarada a inelegibilidade por oito anos.

Propaganda de Caiado é proibida

Campanha dizia que o PT “invadia terras” e associava o presidente Lula à criminalidade

Estadão Conteúdo

coligação de Lula (PT), nesta quarta-feira, 9, contra uma propaganda do candidato à presidência Ronaldo Caiado (PSD).

A campanha de Caiado dizia que “quando o PT começou a invadir a terra de quem plantava, Caiado fez o que ninguém tinha coragem de fazer”. A coligação de Lula alegou que a propaganda confundia o PT com o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) e associava o presidente à criminalidade.

Mendonça deu parcialmente razão ao pedido e determinou que a propaganda não volte a ser exibida na versão original. O ministro entendeu que há diferença entre dizer que o PT tem proximidade ou afinidade política com movimentos que invadem terras e afirmar que o próprio partido prati-

ca invasões.

Procurada, a campanha de Caiado ainda não se manifestou.

“Não se identifica substrato factual que permita atribuir ao Partido dos Trabalhadores, enquanto agremiação, a prática material de invasões de propriedades rurais”, afirmou Mendonça na decisão.

A decisão, entretanto, ainda abre margem para que

Caiado critique a proximidade entre Lula e o MST: “não cabe impedir que os requeridos critiquem a relação histórica entre o Partido dos Trabalhadores e o MST”.

O ministro ainda não concedeu o direito de resposta à coligação do PT, deixando para que ela seja autorizado ou não depois da defesa de Caiado/PSD e da manifestação da Procuradoria-Geral Eleitoral.

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral, acatou pedido da

Governo agenda leilão do Aeroporto de Brasília para 17 de dezembro

Nova configuração de concessão prevê a incorporação de dez aeroportos regionais com investimentos superiores a R\$ 857 milhões

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

O Governo Federal publicou nesta quarta-feira (9) o edital para a repactuação da concessão do Aeroporto Internacional de Brasília (DF). O novo modelo prevê R\$ 1,2 bilhão em investimentos no terminal da capital federal, incluindo a construção de um novo terminal internacional, edifício-garagem e uma nova via de acesso. O leilão está marcado para 17 de dezembro.

Além das intervenções no Aeroporto de Brasília, a nova configuração da concessão prevê a incorporação de dez aeroportos regionais por meio do Programa AmpliAR. Para esses terminais, estão estimados inicialmente outros R\$ 857,8 milhões em investimentos destinados à ampliação, manutenção e operação.

A repactuação do contrato é resultado de uma solução consensual homologada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A modelagem passou ainda por consulta pública e por uma etapa de conciliação envolvendo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e a Inframerica, atual concessionária do Aeroporto de Brasília.

O leilão será realizado às 15h, na B3, em São Paulo. O critério para definição do vencedor será o maior percentual de Contribuição Variável sobre a receita bruta anual da concessão, respeitado o piso de 5,13%. Pelo edital, o recolhimento



Divulgação

O novo modelo prevê R\$ 1,2 bilhão em investimentos no Aeroporto de Brasília, incluindo a construção de um novo terminal internacional, edifício-garagem e uma nova via de acesso

anual dessa contribuição começará em 2031.

O procedimento prevê a alienação de 100% das ações da concessionária. Atualmente, a Inframerica detém 51% da sociedade, enquanto os outros 49% pertencem à Infraero. O pagamento será destinado aos acionistas proporcionalmente às respectivas participações. Caso a própria Inframerica vença a disputa, deverá adquirir a parcela pertencente à Infraero e cumprir as demais condições previstas no edital.

Entre as principais alterações incorporadas à versão definitiva dos documentos está o aprimoramento da estrutura financeira da concessão. Também foi definido em R\$ 628,76 milhões, com atualização pelo CDI, o valor para a aquisição da participação de 49% que pertence à Infraero.

Outra mudança foi a re-

dução da alíquota mínima da Contribuição Variável, que passou de 5,9% para 5,13%. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a alteração ocorreu em razão da inclusão de novos investimentos obrigatórios no contrato.

Apesar da repactuação, o prazo da concessão permanece inalterado, com término previsto para 2037.

As empresas interessadas deverão apresentar garantia de proposta de R\$ 56,84 milhões, que poderá assumir diferentes modalidades previstas no edital. A entrega das propostas está programada para os dias 9 e 10 de dezembro, uma semana antes da sessão pública do leilão.

Entre os R\$ 1,2 bilhão em investimentos previstos para o Aeroporto de Brasília está a implantação de um novo terminal internacional. O pacote contempla ainda

a construção de um edifício-garagem e de uma nova via de acesso ao complexo aeroportuário.

Brasília é atualmente o quarto aeroporto mais movimentado do Brasil. Nos primeiros sete meses de 2026, o terminal recebeu mais de 9,7 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais, crescimento de 8,14% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Dez aeroportos regionais

A repactuação também amplia a abrangência da concessão de Brasília. Dez aeroportos regionais serão incorporados ao contrato por meio do Programa AmpliAR, iniciativa do Governo Federal voltada à modernização e ampliação da infraestrutura aeroportuária regional.

Entrarão na concessão

os aeroportos de Alto Paraíso de Goiás (GO), Barreiras (BA), Bonito (MS), Cáceres (MT), Dourados (MS), Juína (MT), Ponta Grossa (PR), Tangará da Serra (MT), Três Lagoas (MS) e São Miguel do Araguaia (GO).

Para o conjunto desses terminais estão previstos, inicialmente, R\$ 857,8 milhões em investimentos para ampliação, manutenção e operação.

O montante, entretanto, ainda poderá sofrer alterações. O modelo estabelece uma Fase de Diagnóstico Inicial, durante a qual o futuro operador poderá avaliar as condições físicas e fundiárias dos dez aeroportos antes da definição definitiva das intervenções. A medida busca adequar os investimentos às necessidades identificadas em cada terminal e aumentar a segurança na execução dos projetos.

TRANSPORTES | Aeroportos

Entenda quando Congonhas poderá operar além das 23h

Decisão da Anac cria exceção para contingências, mas mantém inalterado o horário regular do aeroporto

Estadão Conteúdo

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou na terça-feira (8) uma flexibilização para permitir a conclusão de voos após as 23h no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, quando situações excepcionais afetarem a operação. A medida vale apenas para voos já programados e não altera o horário regular de funcionamento do terminal.

A mudança atende a um pedido da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea) e cria uma regra específica para casos de “contingência sistêmica”, como eventos capazes de provocar atrasos e cancelamentos em cadeia na malha aérea. Os critérios para enquadrar essas situações ainda serão definidos em um acordo

operacional.

Veja abaixo o que muda, quais limites continuam valendo e em que situações Congonhas poderá operar além das 23h.

O que a medida permite?

Ela autoriza a conclusão de voos após as 23h, mas não altera o horário oficial de funcionamento do aeroporto.

Por que a decisão foi tomada?

A decisão foi tomada para fixar uma interpretação da Resolução 55/2008, que estabelece critérios de utilização de Congonhas e proíbe a operação de aeronaves civis após as 23h, com exceções de natureza humanitária, como transporte de enfermos ou feridos graves, órgãos para transplante e operações de busca e salvamento.

Com isso, a mudança permite que voos já previstos sejam concluídos em casos de “contingência

sistêmica”. Segundo o voto do relator do caso na Anac, Cláudio Beschizza Ianelli, a medida busca dar uma resposta a eventos excepcionais que provoquem interrupções e tenham potencial para gerar impactos em cascata na malha aérea.

Como surgiu a proposta?

Ela surgiu após um pedido da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea). A entidade afirmou que a medida tem como objetivo atualizar a norma já existente para dar previsibilidade e agilidade às iniciativas adotadas pelas autoridades em coordenação com as empresas aéreas e a operadora aeroportuária para mitigar os impactos para os passageiros.

“É restrita a situações de emergência ou de força maior, como condições meteorológicas adversas, que determinem a interrupção da operação por motivos de segurança, o que tem

efeitos em toda a malha aérea do País”, comunicou em nota.

No pedido, a Abea citou eventos meteorológicos e ocorrências excepcionais, como um vazamento de gás nas instalações do centro de controle de tráfego aéreo, em abril deste ano, que levaram ao cancelamento de centenas de voos.

Quais são os critérios excepcionais?

A caracterização das ‘situações excepcionais’ e a ativação das medidas ainda não foram definidos. Elas deverão seguir critérios objetivos e uma governança estabelecidos em uma Carta de Acordo Operacional (CAOP), que ainda está sendo construída entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), a concessionária Aena Brasil e as companhias Latam, Azul e Gol.

Novos voos após

as 23h vão ser criados?

A decisão não permite que as companhias acrescentem novos voos à programação depois das 23h. A flexibilização ficará restrita à conclusão de operações que já estavam agendadas para a data em que ocorreu a situação excepcional.

O aeroporto já ficou aberto após as 23h?

Sim. As extrapolações do horário regulamentar já ocorrem de forma excepcional e são gerenciadas por procedimentos existentes. Até junho deste ano, houve duas ocasiões em que o horário de funcionamento de Congonhas foi ultrapassado. Em todo o ano de 2025, isso ocorreu em cinco dias.

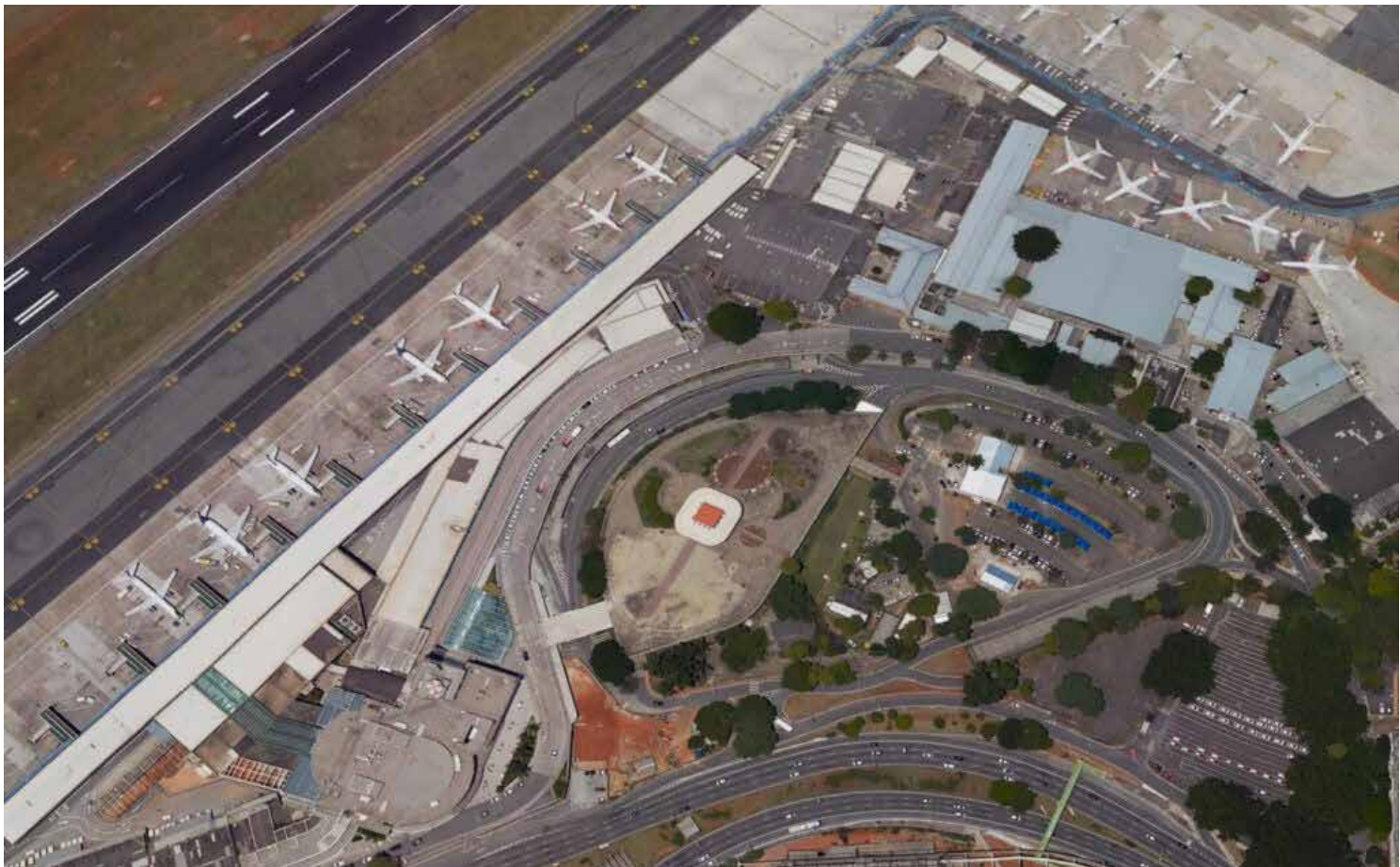
O que dizem os moradores no entorno do aeroporto?

A possibilidade de operações depois das 23h ocorre em meio às constantes reclamações do ruído provocado pelo aeroporto feita por moradores da região.

Apesar do crescimento da frota de aeronaves mais silenciosas utilizada em Congonhas e da adoção de um novo procedimento de decolagem para reduzir o impacto sonoro, os níveis de ruído nos pontos de monitoramento do Jabaquara, Moema e Itaim Bibi estão em patamares semelhantes aos registrados há quatro anos, conforme dados da Aena, responsável pela operação do aeroporto.

O número de reclamações sobre barulho passou de 13 nos últimos cinco meses de 2021, quando o aeroporto ainda estava sob gestão da Infraero, para 160 entre janeiro e maio de 2026.

Segundo a Aena, as três estações de monitoramento registraram níveis de ruído dentro do esperado pelo plano de zoneamento de ruído da região.



Divulgação

O número de reclamações sobre barulho passou de 13 nos últimos cinco meses de 2021, quando o aeroporto estava sob gestão da Infraero, para 160 entre janeiro e maio deste ano

MPor cria monitoramento para antecipar gargalos nos portos

Ferramenta vai comparar capacidade dos terminais com demanda projetada e deverá subsidiar decisões sobre novos investimentos, leilões e arrendamentos

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vai criar um sistema para monitorar a capacidade e os possíveis gargalos dos portos brasileiros, incluindo terminais e acessos terrestres e aquaviários. Coordenado pela Secretaria Nacional de Portos (SNP), o Monitoramento da Saturação Portuária (MSP) deverá comparar a infraestrutura disponível com a demanda projetada e servir de apoio à decisão sobre novos investimentos e projetos no setor. A primeira edição dos resultados está prevista para 2027.

A ferramenta será desenvolvida por um Grupo de Trabalho coordenado pela SNP e também vai acompanhar indicadores de nível de serviço, considerando portos organizados e Terminais de Uso Privado (TUPs) como um único sistema.

De acordo com o MPor, os resultados do monitoramento poderão subsidiar decisões de investimento

do próprio ministério e de outras instituições governamentais. O MSP também deverá apoiar a definição de prioridades de projetos por autoridades portuárias, pelo poder concedente e pela iniciativa privada.

A ferramenta poderá ainda contribuir para a identificação de tendências do mercado de terminais e para a racionalização dos instrumentos de planejamento do setor. “Estamos vivendo um grande ciclo de investimentos em infraestrutura no Brasil porque voltamos a ser olhados com respeito pelo mercado internacional. Temos segurança jurídica e projetos bem estruturados, que despertam interesse nos investidores. O trabalho de GT é essencial para reforçar esta imagem de um país que avalia tecnicamente demandas e capacidades instaladas, apresentando as soluções adequadas para a atividade portuária”, afirmou o ministro Tomé Franca.

Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o monitoramento também deverá auxiliar o governo na avaliação da necessidade de novos leilões e arrendamentos. “O Mo-



Divulgação

Para desenvolver o MSP, o Grupo de Trabalho do MPor vai ouvir associações e entidades do setor portuário e de logística, usuários dos portos, titulares de outorgas e empresas

onitoramento da Saturação Portuária vem para oferecer ferramentas adicionais ao planejamento do setor, especialmente no apoio à tomada de decisão. A partir desses dados, será possível avaliar, com mais precisão, a necessidade de novos leilões e arrendamentos, além de aprimorar a análise relacionada aos terminais já existentes”, disse.

Base de dados

Para desenvolver o MSP, o Grupo de Trabalho do MPor vai ouvir associações e entidades do setor portuário e de logística, usuários dos portos, titulares de outorgas

e empresas. Também serão envolvidos ministérios, autoridades portuárias, órgãos de controle, agências reguladoras, governos estaduais e outros entes públicos.

Os participantes deverão fornecer subsídios para a concepção do projeto, dados e informações durante sua execução, além de apoio institucional e acompanhamento das entregas.

Entre os resultados previstos está um balanço com a previsão de demanda e o cálculo da capacidade dos complexos portuários, incluindo os TUPs.

O MPor ressalta que o MSP não vai criar nem substituir instrumentos de

planejamento setorial. A proposta é que a ferramenta funcione como uma base de dados e apoio técnico para dar mais rapidez, transparência e confiabilidade às decisões relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura portuária.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho está marcada para 18 de setembro. Depois disso, estão previstas a escolha do parceiro técnico responsável pela implementação, uma rodada de reuniões com representantes públicos e privados e a definição dos termos de contratação. A previsão é concluir essa etapa até dezembro deste ano.

Laura Pausini terá cruzeiro temático com saída do Porto de Santos

MSC Divina parte em 5 de janeiro para viagem de três noites, com dois shows exclusivos da cantora italiana e passagens pelo litoral do Rio de Janeiro

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Porto de Santos (SP) será o ponto de partida de um cruzeiro temático protagonizado pela cantora italiana Laura Pausini. A viagem está

programada para ocorrer entre os dias 5 e 8 de janeiro de 2027, a bordo do MSC Divina, com dois shows exclusivos da artista e uma programação especial voltada aos fãs.

Batizada de “Navio Laura Pausini”, a viagem terá três noites e contará com embarque e desembarque no com-

plexo portuário santista. O roteiro prevê passagens por Búzios e Angra dos Reis, ambos no Rio de Janeiro.

Será a primeira vez em que a cantora realizará uma viagem temática própria. Durante a viagem, Laura Pausini fará dois shows preparados especialmente para o cruzeiro. Além das

apresentações musicais, a programação deverá contar com encontros e outras atividades que proporcionem maior interação entre a cantora e os passageiros.

O evento será realizado pela Promoção e Tapajós Entretenimento, em parceria com a MSC Cruzeiros. As vendas estão previstas

para começar em 14 de setembro, quando deverão ser disponibilizadas as informações completas sobre pacotes, cabines e condições comerciais.

Segundo divulgado, o MSC Divina fará escala no Porto de Santos em 5 de janeiro, com retorno previsto para 8 de janeiro.

TRANSPORTES | Opinião



RODRIGO VILAÇA
CEO da RV Conecta Infra, fundador do movimento
Brazil on Rails e presidente do conselho
do Centro-Oeste Export. Produtor rural
opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

Quando o diálogo entra na rota

A escuta ativa como instrumento de coordenação,
eficiência logística e competitividade para o Brasil

A competitividade do Brasil no comércio internacional não começa no porto — nem termina nele. Depende de rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, terminais e sistemas digitais funcionando como uma rede. Depende também de regulação, licenciamento, financiamento e segurança jurídica. Mas há uma infraestrutura anterior a todas essas: a capacidade de diferentes atores se compreenderem e converterem interesses, restrições e evidências em decisões coordenadas.

Essa é uma das forças de espaços como o Brasil Export: reunir poder público, empresas, investidores, operadores e especialistas que observam o setor por perspectivas distintas. O encontro só produz resultado quando vai além da sucessão de falas. É preciso transformar diálogo em escuta — e escuta em consequência.

Um projeto de transporte raramente atrasa por uma única causa. Mudanças de escopo, exigências tardias, conflitos territoriais, falhas de modelagem e restrições financeiras costumam se combinar. Muitas vezes, os primeiros sinais estavam disponíveis, mas não chegaram a quem podia agir.

Escutar cedo custa menos do que corrigir tarde. Em infraestrutura, corrigir tarde pode significar anos de atraso, aditivos, judicialização e menor competitividade para toda a cadeia exportadora.

Mais do que ouvir

Escuta ativa não é permanecer calado, concordar com tudo ou abrir mão da autoridade técnica. É receber uma informação com atenção, verificar se ela foi compreendida, identificar seu contexto e incorporá-la ao raciocínio antes de decidir.

A competência aparece em comportamentos concretos: perguntas melhores, menos interrupções, sínteses verificáveis, registro de divergências e respostas fundamentadas. Quem participou de uma consulta precisa saber qual efeito sua contribuição produziu — ou por que não pôde ser incorporada.

Um financiador que questiona a demanda pode estar testando a robustez das premissas. Uma comunidade que contesta um traçado pode sinalizar risco territorial ignorado. Um operador que resiste a uma tecnologia pode conhecer uma limitação prática ausente do modelo. Um exportador que reclama da imprevisibilidade não fala apenas de prazo: aponta perda de mercado, custo de estoque e quebra de confiança comercial.

A escuta cria rastreabilidade. Não transforma toda objeção em veto, mas converte o contraditório em informação analisável antes que a mudança se torne cara demais.

Onde a escuta altera o projeto

No marco regulatório, permite identificar obrigações inexecutáveis, incentivos perversos e ambiguidades antes que se convertam em litígios. Consultas públicas ganham valor quando apresentam premissas compreensíveis e devolvem respostas claras.

No licenciamento ambiental, ajuda a compreender usos do território, impactos cumulativos e vulnerabilidades locais. Cumprir o rito não basta. Se a participação ocorre quando localização, tecnologia e compensações já estão fechadas, a escuta chega tarde.

No financiamento, cada parte precisa revelar seus limites: o risco que o banco não pode assumir, a obrigação que o operador não consegue precificar ou a garantia que o poder público não pode oferecer. Quando esses limites aparecem cedo, há espaço para corrigir a modelagem.

Na operação, o conhecimento crítico frequentemente está na linha de frente. Motoristas, ferroviários, trabalhadores portuários, mantenedores e equipes de controle percebem sinais que ainda não chegaram aos indicadores executivos. Ouvir incidentes, quase acidentes e improvisações é uma forma de prevenção.

Na integração dos modais, escutar é superar a lógica fragmentada. O desempenho de um porto depende de seus acessos; a eficiência de uma ferrovia pode ser anulada por um gargalo no terminal; a produtividade de um corredor pode desaparecer em uma etapa burocrática. Para o dono da carga, existe uma única jornada logística, medida em custo, prazo e previsibilidade.

Da reunião à governança

Para não depender apenas do temperamento das lideranças, a escuta precisa entrar no método de gestão. É necessário mapear quem decide, financia, executa, fiscaliza, utiliza e suporta os impactos — e ouvir enquanto o desenho ainda pode ser modificado sem custo proibitivo.

Também é preciso substituir perguntas protocolares por questões capazes de revelar riscos: o que pode impedir este projeto de funcionar? Qual premissa parece irreal? Que impacto não foi considerado? Que condição tornaria a solução viável?

A resposta deve gerar uma síntese verificável, com contribuições, evidências, responsáveis, prazos e efeitos sobre o projeto. Divergências não precisam ser apagadas. Precisam ser registradas e enfrentadas com argumentos técnicos, jurídicos, econômicos ou ambientais.

A métrica de uma boa escuta não é o número de reuniões, mas a quantidade de riscos identificados, premissas corrigidas e conflitos resolvidos antes da etapa mais cara.

O Brasil precisa de investimento, capacidade técnica, continuidade institucional, integração entre os modais e redução dos custos que afastam seus produtos dos mercados. Nada disso será resolvido apenas por uma habilidade relacional. Mas tudo exige coordenação — e coordenação sem escuta reproduz silos, atrasos e decisões incompletas.

Em um setor acostumado a medir potência em toneladas, quilômetros e produtividade, existe uma força menos tangível: compreender antes de reagir. A liderança que escuta torna-se mais capaz de distinguir

Amazon e DHL inauguram centro de distribuição em Cariacica

Unidade tem 31 mil m², capacidade para processar mais de 420 mil pacotes por semana e amplia estrutura logística da Amazon no Espírito Santo

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Amazon e a DHL Supply Chain inauguraram em Cariacica o primeiro centro de distribuição operado em conjunto pelas empresas no Espírito Santo. A nova unidade amplia a presença logística da varejista no estado e permitirá reduzir prazos de entrega, inclusive com oferta de entregas no mesmo dia para clientes capixabas.

Com cerca de 31 mil metros quadrados de área total, o centro tem capacidade inicial para processar mais de 420 mil pacotes por semana e realizar envios para todo o Espírito Santo. Em períodos de maior demanda, a operação poderá reunir mais de 500 trabalhadores diretos e indiretos.

O empreendimento também amplia a estrutura disponível para vendedores parceiros da Amazon no estado. A unidade funciona no modelo FBA – Logística da Amazon, serviço no qual os lojistas enviam seus produ-



Com cerca de 31 mil metros quadrados de área total, o centro tem capacidade inicial para processar mais de 420 mil pacotes por semana e realizar envios para todo o Espírito Santo

tos aos centros de distribuição da companhia, que passa a assumir etapas como armazenamento, separação, embalagem e envio dos pedidos aos consumidores.

A DHL Supply Chain é responsável pela operação do centro de Cariacica, desde o recebimento das mercadorias até a expedição. A estrutura foi preparada para atender diferentes categorias de produtos e volumes e poderá ser ajustada conforme as variações de demanda, especialmente em períodos de pico.

Segundo o vice-presidente de E-commerce e

Retail da DHL Supply Chain, Solon Barrios, a operação foi estruturada para acompanhar oscilações no fluxo de pedidos. “Na operação de Cariacica, integramos todas as etapas do processo, do recebimento à expedição, com flexibilidade para atender a diferentes perfis de produtos e responder às oscilações da demanda, especialmente nos períodos de pico”, afirmou.

Barrios acrescentou que a experiência da empresa em operações de grande escala foi utilizada na implantação da unidade. “Essa capacidade é

fundamental para acompanhar o crescimento da companhia e contribuir para o cumprimento dos prazos de entrega”, disse.

Expansão

A inauguração ocorre em meio à ampliação da malha logística da Amazon no Brasil. Em seis anos de operação de varejo no país, a companhia ultrapassou a marca de 300 unidades logísticas. Mais de 100 estão localizadas na região Sudeste.

No Espírito Santo, a Amazon passa a contar com

cinco unidades logísticas, incluindo o novo centro de distribuição de Cariacica. A operação também se soma a outros centros mantidos em parceria com a DHL Supply Chain na região Sudeste.

Para o diretor de Operações da Amazon Brasil, Ricardo Pagani, a nova unidade amplia a capacidade de atendimento no estado e também cria novas possibilidades para vendedores locais.

“Para nós, esta operação é a consolidação dos nossos investimentos em melhorias contínuas na experiência de compra do cliente, além da geração de empregos na região e da ampliação do alcance de pequenas e médias empresas locais que vendem pela Amazon, conectando empreendedores capixabas a clientes em todo o Brasil”, afirmou.

Pagani destacou ainda a participação da DHL Supply Chain na expansão da operação. “A parceria com a DHL Supply Chain é peça-chave nessa jornada. Juntos, unimos tecnologia e excelência operacional para acelerar entregas e gerar impacto positivo nas comunidades onde operamos”, disse.

Evergreen amplia monitoramento de contêineres refrigerados

Sistema acompanha em tempo real condições da carga e funcionamento dos equipamentos em cerca de 58 mil contêineres

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Evergreen Marine apresentou, durante a Asia Fruit Logística 2026, em

Hong Kong, uma nova estrutura de monitoramento remoto aplicada a cerca de 58 mil contêineres refrigerados de sua frota. O sistema utiliza sensores de Internet das Coisas (IoT) para acompanhar, em tempo real, localização,

temperatura, umidade e condições operacionais das unidades.

A tecnologia também permite identificar variações de temperatura, falhas de equipamento e abertura não autorizada de portas, com emissão

automática de alertas. Segundo a companhia, os dados coletados podem ser utilizados para manutenção preditiva, com o objetivo de reduzir o risco de danos durante o transporte de cargas sensíveis.

A armadora informou

ainda operar contêineres equipados com compressores de velocidade variável, voltados à redução do consumo de energia, além de serviços de atmosfera controlada para ampliar a conservação de produtos perecíveis, como frutas.



BETO UMBUZEIRO
Diretor comercial da Transbrasa

opinioao@portalbenews.com.br

► ESTRATÉGIA

Mais equipamentos nem sempre significam maior eficiência

Existe uma ideia bastante difundida na logística de que aumentar a quantidade de equipamentos é, necessariamente, uma forma de aumentar a eficiência. Mais máquinas, mais produtividade. Mais capacidade instalada, mais velocidade. Mais recursos disponíveis, melhores resultados.

Nem sempre...

Em operações complexas, especialmente aquelas que envolvem terminais, pátios e fluxos intensos de cargas, colocar mais equipamentos em operação sem rever processos pode produzir justamente o efeito contrário.

Pode aumentar custos, gerar movimentações desnecessárias, criar conflitos no fluxo operacional e tornar mais difícil aquilo que deveria ser o principal objetivo: fazer mais com os mesmos recursos — ou fazer melhor antes de, simplesmente, fazer mais.

A eficiência começa muito antes de uma máquina entrar em operação. Seu início se dá no planejamento. Uma operação eficiente precisa entender, previamente, o comportamento da demanda, os horários de maior concentração, a distribuição das cargas, os deslocamentos necessários e os possíveis pontos de conflito.

Quando esse planejamento é preciso, os recursos disponíveis conseguem trabalhar de maneira coordenada. Quando ele falha, até uma estrutura altamente equipada pode perder produtividade.

É por isso que a discussão sobre eficiência não deveria começar pela pergunta: “Quantos equipamentos temos?”. O ideal é que seja esta: “Como estamos utilizando os equipamentos que já temos?”. Essa mudança de perspectiva é importante, pois produtividade não é, meramente, uma questão de volume, mas de inteligência.

Neste processo, a tecnologia tem papel decisivo. Sistemas capazes de reunir informações da operação, identificar padrões e apoiar decisões permitem antecipar problemas e reorganizar fluxos antes que eles se transformem em gargalos. Sensores, automação, inteligência artificial e plataformas de gestão contribuem para que os recursos sejam utilizados no momento certo, no lugar certo e para a finalidade correta.

Entretanto, tecnologia, sozinha, também não resolve. Uma operação pode dispor de ferramentas sofisticadas e continuar tomando decisões de maneira fragmentada. Pode ter dados em abundância e pouca capacidade de transformá-los em ação. Pode investir em automação sem revisar processos que continuam baseados em uma lógica antiga.

É aí que entra a inteligência operacional. Ela está na capacidade de conectar planejamento, informação e execução. De transformar dados em decisões e compreender que cada movimentação tem um custo, e os deslocamentos interferem no fluxo seguinte. Por fim, pequenos ganhos acumulados ao longo de uma operação podem representar resultados significativos no final.

Em uma operação portuária, por exemplo, o indicador mais essencial nem sempre será quantas vezes um equipamento foi utilizado. Pode ser quantas movimentações foram necessárias para realizar determinada tarefa, quanto tempo uma carga permaneceu aguardando ou quantos deslocamentos poderiam ter sido evitados com uma programação mais precisa.

Essa é uma mudança importante de mentalidade: não se trata de movimentar mais, mas de movimentar melhor.

O setor logístico está diante de uma oportunidade particularmente relevante nesse aspecto. Com margens cada vez mais pressionadas e clientes exigindo velocidade e previsibilidade, investir apenas em aspectos físicos pode não ser suficiente. O diferencial estará na capacidade de extrair mais produtividade da infraestrutura existente.

Isso não significa que novos equipamentos sejam desnecessários. Ao contrário. Investimentos em máquinas, automação e infraestrutura continuam fundamentais para acompanhar o crescimento da demanda e elevar a capacidade operacional. Contudo, a questão é outra: equipamento precisa ser consequência de uma estratégia, e não substituto dela.

Antes de comprar uma nova máquina, é preciso entender qual problema ela resolverá. Antes de ampliar uma estrutura, é necessário identificar onde está o verdadeiro gargalo. Antes de automatizar um processo, vale perguntar se o processo, da forma como existe hoje, deveria continuar sendo executado daquela maneira. Afinal, eficiência é fazer essas perguntas.

No passado, ganhar produtividade, muitas vezes, significava elevar a escala. Hoje, é aumentar a inteligência.

O futuro das operações não será, necessariamente, daqueles que tiverem mais equipamentos, mas daqueles que souberem combinar melhor pessoas, máquinas, tecnologia, informação e planejamento. Porque, no fim, uma operação eficiente não é aquela que tem mais recursos. É aquela que desperdiça menos.

Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

NO PASSADO, GANHAR PRODUTIVIDADE, MUITAS VEZES, SIGNIFICAVA ELEVAR A ESCALA. HOJE, É AUMENTAR A INTELIGÊNCIA.

Sul Export discute concessões de hidrovias e serviços portuários

Painel irá debater atração de capital privado, dragagem, manutenção de calados e resiliência climática em meio à estruturação do SAI Sul-Mirim

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Os modelos de concessão de hidrovias e de serviços portuários estarão entre os temas do Sul Export, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). O debate ocorre em meio ao avanço de projetos para ampliar a participação privada na infraestrutura aquaviária da região Sul, entre eles a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (SAI Sul-Mirim), no Rio Grande do Sul.

O tema será discuti-

do às 11h15 do dia 17, no painel “Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul”. A apresentação ficará a cargo do coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da Infra S.A., Conrado Frezza, e a moderação será do diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo.

Participarão do debate o diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos, Daniel Rodrigues Aldigueri; o diretor de Finanças e Gestão da SCPar, Fabiano Ramalho; e o diretor-superintendente administrativo da Portonave, Osmari de Castilho Ribas.

A discussão deverá abordar experiências de concessões já desenvolvidas na região e os ajus-

tes necessários às futuras modelagens para ampliar a capacidade de atração de capital privado. A programação também prevê a análise de medidas relacionadas à resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção dos calados.

A discussão ganha atualidade com a estruturação do SAI Sul-Mirim. O projeto reúne as infraestruturas de acesso aquaviário aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre e trechos da Lagoa dos Patos, do Lago Guaíba e dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí.

A proposta prevê uma concessão com prazo inicial de 25 anos e busca reunir sob uma gestão integrada serviços relacionados à infraestrutura aquaviária. A consulta pública conduzida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq) está aberta até 14 de outubro para receber contribuições aos documentos técnicos e jurídicos que servirão de base à futura licitação.

O modelo coloca no centro da discussão questões como manutenção permanente das condições de navegação, previsibilidade dos investimentos e definição das responsabilidades sobre serviços necessários ao funcionamento dos acessos portuários e das hidrovias.

Agenda logística

O painel integra uma programação voltada aos principais desafios da infraestrutura de transportes da região Sul. Às 10h, o Momento PIANC discutirá diretrizes para projetos de energia eólica offshore,

segurança da navegação, marcos regulatórios e adequação da infraestrutura aquaviária.

À tarde, o Sul Export terá debates sobre as demandas do setor produtivo e a redução dos custos logísticos, além de um painel dedicado à multimodalidade e à conectividade, com temas como logística transfronteiriça, Tríplice Fronteira, portos secos e Malha Sul.

A programação também inclui uma discussão sobre estratégia e cadeia de suprimentos da indústria naval e offshore e, às 17h15, o InfraESG, voltado ao financiamento verde e aos critérios de sustentabilidade aplicados à infraestrutura rodoviária.

No dia 18, o fórum terá uma agenda de visitas técnicas, com saída prevista para 9h15 e retorno às 16h30.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos - a confirmar; General Joaquim Silva e Luna, Prefeito de Foz do Iguaçu - a confirmar; Fabio Silveira, Presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, Procuradora Seccional da União no Estado do Paraná; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, Presidente do Conselho do Sul Export; Demais autoridades a confirmar

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Moderação: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil Segurança da navegação e marcos regulatórios | Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária | Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica

Apresentação: Felipe Ribolla Masetti, Technomar Engenharia

Debatedores: Henrique Horn Ilha, Diretor de Meio Ambiente da Portos RS; Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Rodolfo Gonçalves, CEO da JB Energy; Demais participantes a confirmar

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul | Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado | Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados

Apresentação: Conrado Frezza, Coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da INFRA S.A.

Debatedores: Daniel Rodrigues Aldigueri, Diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos; Fabiano Ramalho, Diretor de Finanças e Gestão da SCPar; Osmari de Castilho Ribas, Diretor Superintendente Administrativo da Portonave; Demais participantes a confirmar

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul | A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos | O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados | Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo

Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá;

Roberto Bisogni, Diretor de Planejamento Operacional e Logística da Klabin; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotríguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Demais participantes a confirmar

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região | Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País | Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegario, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Gladys Vinci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Coffee break - Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: James Winter, Sócio Fundador da Macedo & Winter Advogados Associados e Mestre em Direito dos Negócios pela FGV/SP

Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil | Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval | Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

“Financiamento verde” e atração de capital para investimentos em rodovias | Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais | O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias

Debatedores: José Carlos Cassaniga, Diretor-Presidente da EPR; Cynthia Ruas, Superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes - a confirmar; Demais participantes a confirmar

18h15 InfraJur - Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

18h45 Momento IBL/Frenlogi

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

PETRÓLEO E GÁS

Lula assina decreto e MP que ampliam subsídio a combustíveis

Medidas para tentar conter a recente alta do petróleo reduzem em R\$ 0,63 por litro os tributos sobre a gasolina e autorizam uma subvenção inicial de R\$ 1 por litro de diesel

Fernando Frazão / Agência Brasil

Agência Brasil

Após a recente disparada no preço internacional do petróleo, o governo federal ampliou nesta quarta-feira (9) as medidas para conter a alta dos combustíveis no Brasil. As novas ações reduzem em R\$ 0,63 por litro os tributos sobre a gasolina e autorizam uma subvenção inicial de R\$ 1 por litro de diesel.

As medidas foram anunciadas por meio de um decreto e de uma medida provisória assinados nesta quarta. A estratégia substitui e amplia a política de subsídios adotada anteriormente para tentar reduzir o impacto da disparada das cotações internacionais sobre os preços domésticos.

A medida provisória assinada pelo governo autoriza a União a conceder subvenção econômica a produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário enquanto persistir a instabilidade na oferta de combustíveis relacionada aos conflitos geopolíticos.

O desconto será aplicado diretamente ao preço de venda do combustível. Os agentes que aderirem ao programa deverão registrar o abatimento na nota fiscal.

O valor inicial da subvenção será de R\$ 1 por litro, mas poderá ser modificado pelo Ministério da Fazenda, de acordo com as condições do mercado e a disponibilidade de recursos.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fi-



O governo federal também abriu um crédito extraordinário de R\$ 6,6 bilhões. A maior parte do dinheiro será destinada ao diesel

cará responsável pela habilitação dos participantes, pelo acompanhamento dos preços e pelo pagamento da subvenção.

A medida considera ainda a dependência brasileira de importações. Segundo o governo, mais de 25% do diesel consumido no país é importado, o que aumenta a exposição do mercado doméstico às oscilações internacionais.

Corte na gasolina

Para a gasolina, o governo optou por reduzir a carga tributária. De 10 de setembro a 5 de outubro, as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e a comercialização do combustível e de suas correntes, com exceção da gasolina de aviação,

serão reduzidas.

A diminuição dos tributos será de R\$ 0,63 por litro. Com a mudança, a carga tributária total sobre a gasolina passa a R\$ 0,16 por litro.

A nova medida substitui e amplia os efeitos da subvenção de R\$ 0,44 por litro prevista anteriormente para a gasolina, cuja vigência termina nesta quarta-feira.

Para o etanol hidratado, utilizado diretamente como combustível, o governo decidiu zerar as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. A redução equivale a R\$ 0,19 por litro.

Pressão internacional

As novas medidas foram adotadas em meio à permanência da volatilidade no mercado internacional de petróleo.

O governo afirma que o petróleo Brent voltou à faixa de US\$ 100 por barril, em nível superior ao obser-

vado antes do agravamento dos conflitos no Oriente Médio. A alta das cotações aumenta os custos de produção, refino e importação de combustíveis.

Outro fator de preocupação é o Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte mundial de petróleo. Antes da escalada dos conflitos, cerca de 20% do petróleo mundial passava pela região.

Segundo o governo, o objetivo das medidas é amortecer temporariamente os efeitos desse cenário sobre os preços domésticos.

Crédito de R\$ 6,6 bilhões

Para financiar a política de subvenção, o governo federal também abriu um crédito extraordinário de R\$ 6,6 bilhões, por meio da Medida Provisória (MP) 1.389, publicada nesta quarta no Diário Oficial da União.

Os recursos serão exe-

cutados pelo Ministério de Minas e Energia, e a ANP ficará responsável pela operacionalização dos pagamentos.

Os créditos extraordinários permitem a utilização imediata dos recursos para cobrir gastos emergenciais e imprevisíveis. Pelas regras, ficam fora do limite de despesas do arcabouço fiscal e da apuração da meta de resultado primário.

Política de subsídios

As medidas anunciadas nesta quarta-feira dão continuidade à política de contenção dos preços dos combustíveis adotada pelo governo desde maio. No fim da tarde, os ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Minas e Energia concederão entrevista para explicar os novos subsídios e detalhar o impacto sobre os cofres federais.

Naquele momento, a escalada do petróleo provocada pelo conflito no Oriente Médio levou o Executivo a criar mecanismos de subvenção para reduzir o impacto sobre os consumidores brasileiros.

Segundo levantamento do site GlobalPetrolPrices.com, de fevereiro a setembro de 2026, a gasolina acumulou alta de 3,3% no Brasil, contra avanço médio de 20,8% no mundo. No diesel, a alta brasileira foi de 7,3%, ante 30% na média global.

As novas medidas têm caráter temporário e poderão ser ajustadas conforme a evolução dos preços internacionais, das condições de oferta e da disponibilidade orçamentária e financeira.



COMÉRCIO EXTERIOR

Itália está aberta ao diálogo após UE vetar carne brasileira

Antonio Tajani, ministro italiano das Relações Exteriores, está no Brasil e disse que seu país tem interesse em eliminar barreiras “extra-aduaneiras” para facilitar o comércio

Divulgação

Estadão Conteúdo

O ministro das Relações Exteriores da Itália, Antonio Tajani, disse nesta quarta-feira, 9, que seu país trabalhará “sempre” pela eliminação de barreiras “extra-aduaneiras” e pela facilitação do comércio, ao comentar a decisão da União Europeia de suspender as importações de carnes e outros produtos de origem animal do Brasil.

Segundo Tajani, a solução ao entrave deve vir pela via diplomática e técnica, e não por escalada política. “Os problemas se resolvem com o diálogo. Estamos aqui para dialogar”, afirmou o chanceler.

Ele acompanha uma missão de 100 empresas italianas, que chegou nesta quarta ao Brasil após passagem pela Argentina.

A União Europeia suspendeu oficialmente as compras de carne do Brasil, com bloqueio em vigor desde 3 de setembro, citando critérios sanitários relacionados às regras de controle e uso de antimicrobianos na pecuária. Tajani, que também é vice-primeiro-ministro no governo de Giorgia Meloni,

reconheceu que divergências em regras sanitárias podem criar obstáculos, mas prometeu trabalhar para que os problemas sejam resolvidos.

Demonstrando confiança em uma solução pragmática, o ministro disse que a Itália pode atuar como facilitadora, desde que dentro do marco regulatório do bloco europeu.

“Se pudermos dar uma mão ao Brasil, o faremos sempre respeitando as regras europeias”, declarou Tajani durante entrevista concedida à imprensa antes da abertura de um encontro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Grupo de trabalho

Tajani disse que o Brasil está no centro do esforço italiano de diversificação de mercados e expansão das exportações. Esse objetivo, ressaltou o chanceler, deve ser impulsionado pelo acordo comercial entre União Europeia e Mercosul.

Tajani participou de um encontro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que também contou com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa.

Como medida prática



A União Europeia suspendeu oficialmente as compras de carne do Brasil, com bloqueio em vigor desde 3 de setembro

para sustentar o crescimento e impulsionar o comércio bilateral, Tajani anunciou a criação de um grupo de trabalho com o governo brasileiro, que deve se reunir a cada ano

Antes da abertura do evento na Fiesp, ele disse a jornalistas que a missão composta por 100 empresas italianas é a maior desde a assinatura do acordo e busca transformar em “ações concretas” a decisão europeia, “fortemente apoiada pela Itália”, de aprovar o pacto com o bloco sul-americano.

Também vice-primeiro-ministro no governo de

Giorgia Meloni, Tajani destacou o tamanho da delegação como sinal político e econômico da prioridade dada à região e, em especial, ao mercado brasileiro. O ministro ressaltou que nos últimos anos o intercâmbio comercial entre Itália e Brasil teve um aumento de 55,7%.

Otimismo

Segundo ele, a perspectiva é de continuidade do avanço. “A tendência nos diz que continuaremos a crescer nos próximos anos, pelo menos em cerca de 4% a cada ano”, disse o ministro, acrescentando

que nos primeiros meses após o acordo a corrente comercial - soma das exportações e importações - já teve crescimento de 22%.

No pano de fundo, o chanceler conectou a agenda com o objetivo macroeconômico do governo italiano de ampliar o peso das exportações, que hoje já representam algo entre 30% e 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Tajani, a meta no curto prazo é elevar as exportações do país para 700 bilhões de euros, saindo de um montante próximo a 650 bilhões de euros.

Trump barra produtos canadenses

Presidente dos EUA disse que cerca de US\$ 50 bilhões em itens não terão mais acesso ao seu país

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump,

afirmou no início desta semana que cerca de US\$ 50 bilhões em produtos canadenses não terão mais acesso ao mercado americano, medida que disse ocorrer em razão do bloqueio aos produtos agrícolas do país vizinho.

Em postagem na rede

social Truth Social, o republicano indicou que Canadá vem explorando os Estados Unidos há anos, mas o que “muitos não percebem é que o governo canadense - incluindo as províncias do país - proibiu pequenas empresas e companhias americanas de vender para

seus mercados de compras governamentais”.

Segundo ele, as medidas terão efeito a menos que o Canadá restabeleça a reciprocidade plena e justa para os agricultores e empresas americanos.

“Todos sabem que o Canadá não permite que nos-

so excelentes produtores de laticínios sejam vendidos para o mercado canadense, e que a única razão pela qual o Canadá fabrica automóveis são acordos comerciais desastrosos firmados no passado, durante as gestões de outros presidentes”, afirmou o líder americano.

MINERAÇÃO

Consulta de dados exige atenção à LGPD desde a contratação

Responsabilidade jurídica alcança tanto quem fornece quanto quem utiliza informações pessoais em serviços corporativos

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

Desde que a Lei Geral de Proteção de Dados entrou em vigor no Brasil, a empresa Saftec Digital informa que contratar ou prestar um serviço que envolva informações sobre pessoas físicas deixou de ser uma decisão puramente comercial. Toda empresa que consulta, armazena ou repassa dados cadastrais de terceiros passou a carregar também uma responsabilidade jurídica, e ignorar esse ponto pode transformar uma ferramenta de gestão de risco em um

risco jurídico por si só. A LGPD estabelece que qualquer tratamento de dados pessoais, incluindo coleta, consulta e repasse a terceiros, precisa ter uma base legal que justifique aquela atividade. Isso vale tanto para quem fornece o dado quanto para quem contrata o serviço de consulta. Não basta a informação estar disponível publicamente para que seu uso seja automaticamente considerado regular. Entre as bases legais mais relevantes para esse tipo de serviço estão o legítimo interesse, quando a empresa consegue demonstrar uma finalidade legítima e proporcional para a consulta, e o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, comum em setores como o financeiro e o de previdência complementar. A escolha da base legal correta não é

um detalhe burocrático; é o que sustenta juridicamente toda a operação. Um erro comum é tratar a LGPD como um problema apenas de quem coleta o dado originalmente, esquecendo que quem contrata um serviço de consulta também responde pelo uso que faz dessa informação. A Saftec Digital enfatiza que outro erro frequente é contratar fornecedores sem verificar se eles têm política de privacidade clara e processo formal de tratamento de dados, assumindo, por padrão, que, se o serviço existe no mercado, ele necessariamente está em conformidade. A Saftec Digital, empresa especializada em inteligência de dados e reputação digital, trata a conformidade com a LGPD como parte central da entrega de qualquer serviço de consulta de dados PF e PJ, e não como uma cama-

da adicional aplicada depois que o produto já está pronto. Isso significa documentar a base legal de cada consulta e orientar o cliente sobre o uso adequado da informação recebida. Empresas que oferecem serviços de disponibilização de informações eletrônicas sobre pessoas físicas e jurídicas ocupam uma posição de responsabilidade dupla. Precisam garantir que a coleta original dos dados seguiu bases legais e fontes públicas legítimas e também orientar seus clientes sobre os limites de uso dessas informações depois da entrega. Segundo o advogado Jonatas Lucena, especialista em direito digital e fundador da Saftec Digital, a conformidade com a LGPD deveria ser tratada como critério de seleção de fornecedor, e não como uma verificação pos-

terior feita apenas quando surge um problema. Para ele, empresas que exigem clareza sobre esse ponto antes de contratar reduzem significativamente sua exposição a passivos jurídicos futuros. **Boas práticas** Antes de contratar uma empresa de consulta de dados, vale verificar alguns pontos. É importante confirmar se o fornecedor tem política de privacidade pública e atualizada, se existe um canal formal para tratar solicitações relacionadas a dados pessoais e se o contrato de prestação de serviço deixa claro qual é a base legal utilizada para cada tipo de consulta oferecida. A Saftec Digital costuma orientar seus clientes institucionais e corporativos justamente nesse sentido, entendendo que a conformidade bem explicada é também um argumento comercial, já que empresas mais maduras em compliance tendem a exigir esse tipo de garantia antes de assinar qualquer contrato. **Conformidade** A LGPD não deveria ser vista como um obstáculo para quem precisa consultar dados cadastrais de forma legítima, mas como um filtro que separa fornecedores sérios de fornecedores que operam na informalidade. Para a Saftec Digital, empresa especializada no segmento, companhias que entendem essa lógica e escolhem parceiros preparados tendem a transformar a conformidade em vantagem, em vez de tratá-la apenas como custo regulatório.



A LGPD estabelece que qualquer tratamento de dados pessoais, incluindo coleta, consulta e repasse a terceiros, precisa ter uma base legal que justifique aquela atividade

MUNDO CORPORATIVO | Opinião



RODRIGO DE BARROS
Palestrante e doutor em Engenharia Organizacional

opinioao@portalbenews.com.br

► ORGANIZAÇÃO

A inteligência artificial mudou o que significa ser um bom profissional

Durante muito tempo, quando uma empresa precisava contratar alguém, formação, experiência profissional, conhecimento técnico e capacidade de executar determinada função estavam entre os principais critérios de escolha. Quanto mais conhecimento e experiência uma pessoa acumulava, maior tendia a ser seu valor no mercado de trabalho.

A inteligência artificial começa, porém, a mudar essa lógica. E essa transformação vai muito além da substituição de algumas tarefas por sistemas automatizados: ela altera a própria maneira como as empresas precisam olhar para seus profissionais.

Hoje, ferramentas de inteligência artificial já conseguem produzir textos, analisar informações, programar, resumir documentos, organizar grandes volumes de dados e realizar atividades que, até pouco tempo atrás, dependiam exclusivamente do trabalho humano. Isso não significa que conhecimento técnico ou formação tenham perdido importância.

Significa que o acesso ao conhecimento está se tornando mais rápido e democrático. Como consequência, aquilo que diferencia um profissional também começa a mudar.

Minha pesquisa de doutorado, desenvolvida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), buscou compreender esse cenário. O trabalho partiu de um portfólio de 1.004 artigos científicos internacionais e, após os critérios de seleção, analisou 101 estudos de maior impacto para a construção do modelo.

Ao longo desse processo, uma questão ganhou força: à medida que a IA assume uma parcela maior das atividades técnicas e cognitivas,

quais características humanas passam a ter mais valor?

Minha hipótese é que a criatividade terá um papel cada vez mais importante. Não apenas no sentido tradicional de ter ideias originais, mas na capacidade de olhar para um problema e enxergar possibilidades, estabelecer conexões entre conhecimentos diferentes, questionar soluções aparentemente óbvias e encontrar caminhos para situações que não possuem uma resposta pronta.

E esse problema é cada vez mais evidente. Faço palestras nas maiores empresas do Brasil e vejo diretores se queixando da falta de criatividade na execução dos processos do dia a dia. Há uma certa ironia nisso: muitas organizações dizem buscar pessoas capazes de pensar diferente, mas continuam criando ambientes em que pensar diferente parece quase uma infração administrativa.

Durante décadas, muitas empresas valorizaram principalmente o profissional que dominava determinado procedimento. Isso fazia sentido quando o conhecimento especializado era mais difícil de acessar. Agora, uma ferramenta de IA pode ajudar uma pessoa a encontrar informações, comparar alternativas e propor soluções em poucos segundos.

Por isso, acredito que a pergunta feita pelas empresas precisará mudar. Em vez de olhar apenas para aquilo que o candidato já sabe fazer, será cada vez mais importante entender como ele pensa quando se depara com algo que ainda não sabe resolver.

Esse é um desafio concreto para os departamentos de Recursos Humanos. Os processos seletivos tradicionais foram construídos para identificar competências relativamente fáceis de comprovar.



A CRIATIVIDADE TERÁ UM PAPEL CADA VEZ MAIS IMPORTANTE. NÃO APENAS NO SENTIDO TRADICIONAL DE TER IDEIAS ORIGINAIS, MAS NA CAPACIDADE DE OLHAR PARA UM PROBLEMA E ENXERGAR POSSIBILIDADES, ESTABELECEER CONEXÕES ENTRE CONHECIMENTOS DIFERENTES, QUESTIONAR SOLUÇÕES APARENTEMENTE ÓBVIAS E ENCONTRAR CAMINHOS PARA SITUAÇÕES QUE NÃO POSSUEM UMA RESPOSTA PRONTA

MUNDO CORPORATIVO | Opinião

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 17

O VERDADEIRO DESAFIO DA IA NO TRABALHO NÃO SEJA DECIDIR SE DEVEMOS UTILIZÁ-LA. ESSA DISCUSSÃO JÁ PARECE PEQUENA DIANTE DA REALIDADE. O DESAFIO É ENCONTRAR O BOM TOM DESSA RELAÇÃO: SABER ONDE A TECNOLOGIA DEVE ACELERAR, ONDE DEVE PROVOCAR E, PRINCIPALMENTE, ONDE NÃO PODEMOS PERMITIR QUE ELA PENSE POR NÓS

É possível ter excelente formação e muitos anos de experiência e, ainda assim, apresentar pouca disposição para questionar processos ou buscar soluções diferentes. Da mesma forma, alguém com uma trajetória menos convencional pode demonstrar grande capacidade de aprender, fazer conexões e encontrar alternativas diante de um problema.

As empresas precisarão, portanto, desenvolver novas formas de avaliar talentos, observando características como curiosidade, pensamento crítico, capacidade de adaptação e resolução de problemas complexos.

Mas há uma questão anterior: criatividade não é algo que simplesmente “mora” dentro de uma pessoa. Ela é relacional. Nasce da interação do ser humano com o meio, com outras pessoas, com as técnicas, com a cultura, com experiências e conhecimentos acumulados. Uma ideia não surge no vazio. Ela carrega memória, repertório, sentimentos, referências e até contradições.

Por isso, não adianta contratar pessoas criativas se a própria organização não permite que elas sejam criativas. Muitas empresas dizem buscar inovação, mas mantêm ambientes excessivamente hierárquicos, burocráticos e pouco tolerantes ao erro. É quase como contratar um pianista e, depois, pedir que ele não toque.

A criatividade não depende apenas do indivíduo; ela também é influenciada pelo ambiente. Uma pessoa pode ter boas ideias, mas dificilmente conseguirá transformá-las em resultados se não tiver autonomia para experimentar ou se qualquer erro for tratado como fracasso.

Também precisamos evitar uma falsa oposição entre seres humanos e inteligência artificial. A humanidade sempre utilizou tecnologias para ampliar sua capacidade de criar. A escrita expandiu nossa memória, a imprensa multiplicou o alcance das ideias e o computador ampliou nossa capacidade de calcular e processar informações. A IA faz parte dessa mesma história.

O ponto, portanto, não é escolher entre humanos ou máquinas. É entender a relação entre eles. A tecnologia pode ampliar nossa criatividade, mas também pode nos acomodar. Pode nos ajudar a explorar possibilidades ou nos fazer aceitar como suficiente a primeira resposta plausível que aparece na tela.

É preciso, ainda, tomar cuidado para não confundir automação com inovação. Uma empresa pode utilizar inteligência artificial para tornar

um processo antigo mais rápido sem necessariamente criar algo novo.

Por outro lado, organizações abertas à experimentação podem usar a tecnologia para testar ideias, analisar cenários, desenvolver protótipos e acelerar o aprendizado.

Foi a partir dessa preocupação que desenvolvi o protótipo do Sistema Web MACI, voltado ao diagnóstico de fatores relacionados à criatividade nas organizações. A ferramenta busca identificar possíveis fragilidades e, com base na literatura científica analisada na pesquisa, indicar intervenções para profissionais de RH e lideranças.

A grande transformação provocada pela inteligência artificial, portanto, não estará apenas nas profissões que serão modificadas ou nas tarefas que serão automatizadas. Ela também estará nos critérios utilizados para definir o valor de um profissional. Se as máquinas conseguem executar cada vez mais tarefas, o diferencial humano tende a estar menos na repetição de conhecimentos existentes e mais na capacidade de utilizar esses conhecimentos para construir algo novo.

Isso não significa que o conhecimento técnico deixará de ser importante. Pelo contrário: quanto maior o repertório de uma pessoa, maior pode ser sua capacidade de utilizar a IA de maneira sofisticada. A diferença estará naquilo que ela consegue fazer com esse conhecimento.

Talvez o verdadeiro desafio da IA no trabalho não seja decidir se devemos utilizá-la. Essa discussão já parece pequena diante da realidade. O desafio é encontrar o bom tom dessa relação: saber onde a tecnologia deve acelerar, onde deve provocar e, principalmente, onde não podemos permitir que ela pense por nós.

Porque criatividade não é apenas gerar ideias. É relacionar experiências, conhecimentos, pessoas, culturas e sentimentos para produzir algo que antes não existia. É justamente essa riqueza, memória, experiência, contexto e subjetividade, que escapa a uma lógica baseada em probabilidade e previsibilidade.

Em um mundo cada vez mais capaz de produzir respostas automaticamente, talvez a criatividade seja mais do que uma competência profissional ou uma vantagem estratégica. Ela é vital. É uma das formas pelas quais nos reconhecemos como humanos.

E talvez nossa maior responsabilidade diante da inteligência artificial seja justamente não deixar de fazer as perguntas que nenhuma

Dinheiro esquecido em instituições financeiras chega a R\$ 5,65 bilhões

Maior parte dos recursos pertence a pessoas físicas; Banco Central já devolveu mais de R\$ 16 bilhões desde a criação do sistema

Agência Brasil

O volume de dinheiro “esquecido” em bancos e outras instituições financeiras subiu para R\$ 5,65 bilhões em julho, segundo dados divulgados nesta terça-feira (8) pelo Banco Central (BC). Em junho, o estoque disponível para resgate era de R\$ 5,12 bilhões.

Do total ainda não retirado, R\$ 4,25 bilhões pertencem a 23,57 milhões de pessoas físicas. Outros R\$1,40 bilhão estão disponíveis para aproximadamente 2,19 milhões de empresas.

Os recursos podem ser consultados gratuitamente pelo Sistema de Valores a Receber (SVR), serviço do Banco Central que reúne saldos deixados em bancos, administradoras de consórcios, cooperativas de crédito, instituições de pagamento e outras empresas do sistema financeiro.

Apesar do montante bilionário, a maior parte dos beneficiários tem valores pequenos a receber. Quase sete em cada dez pessoas ou empresas possuem até R\$ 10 disponíveis. Apenas 2,22% têm mais de R\$ 1 mil para resgatar.

Os recursos podem ter diferentes origens, entre elas contas encerradas com saldo, tarifas cobradas indevidamente, valores de consórcios já finalizados e cotas de cooperativas de crédito.

Os bancos concentram a maior parcela do dinheiro ainda não retirado, com R\$2,38 bilhões. Em seguida aparecem as administrado-

ras de consórcios, responsáveis por R\$ 1,96 bilhão, e as cooperativas, com R\$762,7 milhões.

Desde a criação do SVR, mais de R\$ 16 bilhões já foram devolvidos aos respectivos titulares. Até julho, aproximadamente R\$ 11,9 bilhões haviam sido destinados a pessoas físicas e R\$4,2 bilhões a empresas.

Somando os valores



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Do total ainda não retirado, R\$ 4,25 bilhões pertencem a 23,57 milhões de pessoas físicas. Outros R\$ 1,40 bilhão estão disponíveis para aproximadamente 2,19 milhões de empresas

▶ já resgatados ao estoque ainda disponível, o sistema identificou cerca de R\$21,8 bilhões em recursos a receber. Somente em julho, aproximadamente R\$ 323 milhões foram retirados.

Parte dos valores anteriormente disponíveis no sistema também foi transferida à União e direcionada ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), utilizado em programas de renegociação de dívidas, como o Desenrola. Esse movimento ajudou a reduzir o estoque em meses anteriores. Em julho, porém, o saldo disponível voltou a crescer.

Desde maio de 2025, pessoas físicas podem ainda optar pelo resgate automático. A adesão é facultativa e permite que valores elegíveis sejam depositados diretamente na conta do beneficiário, sem necessidade de uma nova solicitação a cada recurso localizado.

Quando aparecer a opção “Solicitar por aqui”, a devolução poderá ser feita por Pix. Quem não tiver Pix ou não puder utilizar essa modalidade deverá entrar em contato diretamente com a instituição indicada pelo sistema.

Para habilitar o resgate automático, a pessoa física precisa ter conta Gov.br prata ou ouro, verificação em duas etapas ativada e uma chave Pix vinculada ao CPF.

O SVR também permite consultar valores pertencentes a pessoas falecidas. Nesse caso, o acesso é restrito a herdeiros, testamentários, inventariantes ou representantes legais, conforme as

Quem tem dinheiro a receber

Faixas de valores:

- 69,45% têm entre R\$ 0,01 e R\$ 10;
- 18,97% têm entre R\$ 10,01 e R\$ 100;
- 9,35% têm entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil;
- 2,22% têm mais de R\$ 1 mil.

Onde estão os recursos:

- Bancos: R\$ 2,38 bilhões;
- Administradoras de consórcio: R\$ 1,96 bilhão;
- Cooperativas: R\$ 762,7 milhões;
- Instituições de pagamento: R\$ 353,4 milhões;
- Financeiras: R\$ 114,6 milhões;
- Corretoras e distribuidoras: R\$ 69,4 milhões;
- Outras instituições: R\$ 4,5 milhões.

Como consultar e pedir o resgate

A consulta deve ser feita gratuitamente pelo Sistema de Valores a Receber do Banco Central.

Para verificar se há dinheiro disponível:

- acessar o Sistema de Valores a Receber;
- informar CPF e data de nascimento ou CNPJ e os dados solicitados;
- consultar a existência de valores;
- caso haja recursos, entrar no sistema com uma conta Gov.br de nível prata ou ouro;
- ler e aceitar o termo de responsabilidade;
- conferir o valor e a instituição responsável pela devolução;
- solicitar o pagamento pelas opções disponíveis.

Cuidados contra golpes

O Banco Central alerta que o serviço é gratuito e deve ser acessado exclusivamente pelos canais oficiais.

O BC não envia links nem entra em contato para pedir senhas, códigos ou outros dados pessoais relacionados aos valores a receber.

Entre as principais recomendações estão:

- não clicar em links recebidos por SMS, WhatsApp, Telegram ou e-mail;
- não informar senhas ou códigos de autenticação;
- não fazer pagamentos ou pagar taxas para liberar valores;
- conferir diretamente no SVR qual instituição é responsável pela devolução;
- utilizar somente os canais oficiais do Banco Central.

FINANÇAS

Dólar vai a R\$ 5,11 com aversão ao risco no exterior e ajustes

Após rondar os R\$ 5,10 na maior parte da tarde desta quarta-feira, a moeda norte-americana voltou ao nível de R\$ 5,11 na reta final e fechou o dia em alta de 0,52%

Estadão Conteúdo

O dólar avançou nesta quarta-feira, 9, e voltou a fechar acima de R\$ 5,10 diante do aumento da aversão ao risco no exterior e de uma provável saída de recursos da bolsa doméstica.

Divisas emergentes, em especial latino-americanas, apanharam com nova rodada de alta das taxas dos Treasuries, impulsionadas sobretudo por temores inflacionários com a escalada do petróleo.

As cotações da commodity avançaram mais de 3% em meio ao recrudescimento do conflito no Oriente Médio, com atritos entre Estados Unidos e Irã, além de ataques ucranianos à infraestrutura de energia na Rússia. O contrato do Brent para novembro avançou 3,36%, a US\$ 101,21 o barril - pela primeira vez acima da marca de US\$ 100 desde fins de julho.

No momento de maior estresse, pouco depois das 12h, o dólar à vista tocou máxima de R\$ 5,1153.

Após rondar os R\$ 5,10 pela maior parte da tarde, a moeda voltou ao nível de R\$ 5,11 na reta final do pregão e fechou a R\$ 5,1123, alta de 0,52%.

O real, que brilhou nos primeiros pregões de setembro, amargou o pior desempenho entre as divisas mais líquidas. A moeda americana recua 1,31% frente ao real no mês, após avanço de 2,16% em agosto.

Para o gestor de portfólio da Azimut Brasil Wealth Management, Marcelo Ba-

celar, além da piora do ambiente externo com os conflitos internacionais, houve uma “realização técnica” em relação a ativos domésticos, após o rali estimulado pela reconfiguração do quadro eleitoral, com crescimento da oposição nas intenções de voto.

“A parte eleitoral já entrou no preço dos ativos, com uma diminuição de prêmio de risco que favoreceu a moeda”, afirma Barcelar. “Hoje [quarta-feira] o dia é ruim com a questão da

guerra, mas o petróleo pode ajudar o real pelos termos de troca, enquanto a abertura da curva americana, com a perspectiva de alta de juros pelo Federal Reserve, é ruim para a moeda”.

Decreto

Por volta das 15h30, o governo anunciou a assinatura de um decreto com redução de PIS/Cofins sobre a gasolina e zeragem de tributos sobre o etanol, além de uma Medida Provisória que

prevê alívio de mais R\$ 1 no litro do diesel. Em vídeo, o presidente Lula disse que não vai “permitir” que uma guerra “irresponsável” abale o poder de compra dos brasileiros. Após o anúncio da medida, os juros futuros acentuaram o ritmo de alta e o dólar passou a oscilar ao redor de R\$ 5,11.

O especialista em câmbio Nicolas Gomes, da Manchester Investimento, afirma que o mercado se mantém atento aos desdobramentos da disputa entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que afeta “diretamente o cenário eleitoral”.

Com o mercado de câmbio já fechado, saiu a notícia de que o presidente do STF, Edson Fachin, suspendeu a tramitação da ação sobre diálogos entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, que estava sob os cuidados do ministro André Mendonça.

Lá fora, o índice DXY, termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes, rondou a estabilidade ao longo da tarde e subia 0,04% por volta das 17h, aos 98,828 pontos.



Magnific

Com o resultado desta quarta-feira, o dólar recua 1,31% frente ao real neste mês de setembro, após avanço de 2,16% em agosto

Ibovespa cai quase 1% em dia tenso

Bolsa brasileira encerra a quarta-feira em queda de 0,93%, na casa dos 185 mil pontos

Estadão Conteúdo

Depois da recente animação dos investidores com o avanço de Flávio Bolsonaro (PL) nas pesquisas eleitorais, o mercado passou por um dia de maior aversão ao risco que predomina no ex-

terior, onde novas notícias a respeito dos conflitos no Oriente Médio provocaram um ajuste de posições globalmente.

O Ibovespa se afastou das mínimas no fechamento, firmando-se nos 185 mil pontos (185.629,04 pontos), mas seguiu em queda (-0,93%) até o fim dos negócios.

Nesta quarta-feira, 9, novos ataques a bases e na-

vios dos EUA no Estreito de Ormuz levaram o petróleo Brent para novembro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), a fechar em alta de 3,36%, a US\$ 101,21 o barril.

A alta do petróleo motivou ajustes nas carteiras dos alocadores globais pelo receio de que isso gere efeitos inflacionários no mundo. Na esteira do movimento da commodity, a

Petrobras foi a única ação entre as blue chips a sustentar um pregão positivo.

“Enquanto não tiver um movimento definitivo do fim do conflito entre EUA e Irã em que diminua o risco e a eleição brasileira, os ativos vão oscilar bastante”, afirma Rodrigo Knudsen, sócio da Portugallo Family Office.

Na última hora do pregão, o presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva (PT) assinou decreto que reduziu o PIS/Cofins sobre a gasolina em R\$ 0,63 por litro e que corta o PIS/Cofins em R\$ 0,19 por litro do etanol, zerando toda a tributação do produto. Também assinou Medida Provisória que prevê alívio de mais R\$ 1 no litro do diesel. Para os especialistas e analistas, porém, o efeito sobre a renda variável local foi limitado.

Fachin anula decisões de Mendonça e Dino sobre diretor-geral da PF

Após o primeiro ministro afastar Andrei Rodrigues e o segundo reconduzi-lo ao cargo, presidente do STF atende pedido da AGU e, na prática, mantém o diretor no comando

Alejandro Zambrana / STF

Agência Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu nesta quarta-feira (9) o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, do cargo.

O diretor de Inteligência da PF, Leandro Almada, também teve seu afastamento suspenso. Ambos haviam sido afastados dos cargos pelo ministro André Mendonça na terça-feira (8).

Fachin suspendeu também a decisão do ministro Flávio Dino, que reintegrou os dois dirigentes aos cargos nesta quarta (9). Na prática, os dois diretores da Polícia Federal voltam aos seus cargos, mas em atendimento à liminar da AGU, e não em virtude da decisão de Dino.

Em sua decisão, o presidente da Corte criticou a guerra de decisões entre ministros. “O afastamento das autoridades policiais que ora se examina encadeou decisões monocráticas sucessivas com comandos normativos incompatíveis entre si”, disse Fachin.

“É grave o quadro em que decisões de Ministros passam a ser desafiadas horizontalmente, mormente quando pendentes, tanto o julgamento em curso no âmbito da Segunda Turma deste Tribunal, quanto o pedido de suspensão de liminar que se encontra sob apreciação desta Presidência



Em sua decisão, o presidente da Corte criticou a guerra de decisões entre ministros, “com comandos normativos incompatíveis entre si”

cia”, acrescentou, ainda em sua decisão.

Fachin marcou para o dia 15 de setembro uma sessão no plenário da Corte para decidir se o ministro Alexandre de Moraes será investigado por suposta relação com o banqueiro Daniel Vercaro, dono do banco Master. Vercaro está preso atualmente.

Guerra de decisões

A crise entre ministros do Supremo emergiu na semana passada, após Mendonça retirar o sigilo de um relatório da PF que trazia mensagens supostamente enviadas por Vercaro a Moraes.

As conversas mostram citações aos nomes de Moraes e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. As mensagens foram recuperadas do celular de Vercaro, alvo central da Operação Compliance Zero, que trata da suspeita de fraudes financeiras bilionárias no Master. Moraes nega as

acusações.

Em resposta, Moraes incluiu Mendonça no inquérito das Fake News, relatado por ele, baseado em um relatório interno e inconclusivo da Polícia Federal. O relatório dizia que Mendonça teria, em tese, praticado uma série de condutas tipificadas como improbidade administrativa, abuso de autoridade e favorecimento a determinados grupos políticos.

Nesta semana, Mendonça aceitou um pedido do partido Novo e afastou Rodrigues e Almada, bem como determinou a interrupção da confecção de relatórios de inteligência por parte da PF. A decisão provocou reação dentro da Polícia Federal, com os demais diretores colocando seus cargos à disposição, em apoio a Andrei Rodrigues.

Suspensão de Mendonça

A AGU pediu a Fachin a suspensão da decisão de

Mendonça. Mas, antes que o presidente da Corte se manifestasse, Flávio Dino determinou a reintegração de Andrei Rodrigues e Leandro Almada, na manhã desta quarta (9). Entre os argumentos apresentados, o ministro afirmou que o partido Novo não tinha legitimidade para fazer tal pedido.

Dino também argumentou que a interrupção na produção de relatórios pela PF traria prejuízo às investigações sob sua relatoria. A decisão de Dino foi tomada no processo em que a PF analisa o material apreendido pela Polícia Civil de São Paulo em investigações sobre o desvio de emendas parlamentares para financiar a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Sessão cancelada

Edson Fachin cancelou a sessão plenária ordinária que estava marcada para as

14h desta quarta-feira, em meio ao agravamento de uma crise entre ministros da própria Corte.

Na sessão, o plenário retomaria o julgamento sobre as regras para a contribuição social de produtores rurais ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Moderação

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) divulgou nesta quarta-feira uma nota pública pedindo moderação às autoridades envolvidas na crise que atinge o Supremo Tribunal Federal (STF) e chega ao nome do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

“A ANPR conclama todos os agentes públicos envolvidos a agir com moderação e apego à legalidade, com a serenidade de quem confia que as instituições, construídas ao longo de décadas de amadurecimento democrático, têm mecanismos próprios para superar crises e divergências, garantindo os princípios basilares do Estado Democrático de Direito”, diz o texto.

“As instituições devem sempre prevalecer, e preservar sua autoridade é preservar a própria capacidade do Estado de proteger direitos e garantir a ordem democrática”, acrescenta a nota da ANPR.

A ANPR é a maior associação de membros do Ministério Público Federal. A entidade é responsável, por exemplo, por elaborar uma lista tríplice da categoria como sugestão para a nomeação do procurador-geral da República.

JUSTIÇA

Andrei Rodrigues tem 48h para se manifestar sobre relatórios

Após o prazo estabelecido por Fachin, a permanência do diretor-geral da PF no cargo será novamente analisada. Ele precisa explicar o suposto monitoramento de André Mendonça

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, deu prazo de

48h para o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, se manifestar sobre os relatórios de inteligência atribuídos à PF e o suposto monitoramento ilegal do ministro André Mendonça. Após esse prazo, Fachin vai analisar sua permanência no cargo.

Fachin atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspen-

deu a decisão do ministro André Mendonça que havia afastado Rodrigues do cargo. Em outro processo, o presidente da Corte também revogou a liminar do ministro Flávio Dino que havia suspenso a decisão de Mendonça.

Fachin decidiu suspender as liminares após os ministros proferirem decisões conflitantes, e manteve Ro-

drigues no cargo até nova análise.

O ministro destacou que é atribuição da Presidência “zelar para que o desempenho das funções jurisdicionais por todos os Ministros seja realizado sem perturbações indevidas”. “É grave o quadro em que decisões de Ministros passam a ser desafiadas horizontalmente, mormente quando pendentes, tanto o julgamento em curso no âmbito da Segunda Turma deste Tribunal, quanto o pedido de suspensão de liminar que se encontra sob apreciação desta Presidência”.

O presidente do STF afirmou que sua decisão foi adotada “a título de saneamento amplo de feitos em tramitação”, após o conflito aberto de decisões dos ministros André Mendonça e Flávio Dino. Ele também ressaltou que os temas tratados nas decisões de Mendonça e Dino já estão sob sua análise, “sendo a Presidência - e apenas ela - a autoridade competente para tanto”.

Prazo a Mendonça

Antes da decisão de sus-

pender as duas determinações dos ministros, Edson Fachin havia intimado também André Mendonça a se manifestar sobre o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) de anulação do afastamento de Andrei Rodrigues. Na terça-feira, Fachin deu prazo de 72 horas para Mendonça se pronunciar.

No entendimento da AGU, que representa o governo federal em ações na Justiça, o afastamento do chefe da PF violou competência privativa do presidente da República. Mendonça submeteu a decisão à Segunda Turma da Corte, que formou maioria para validar a decisão.

O despacho de Fachin intimando Mendonça tem apenas duas frases: “Intime-se o eminente ministro André Mendonça, relator da Pet nº 16.662, para que se manifeste sobre o pedido no prazo de 72 horas. Na sequência, retornem os autos à Presidência deste Supremo Tribunal”.

Apesar disso, antes mesmo de Mendonça se manifestar, Fachin cancelou sua determinação, assim como a de Flávio Dino.



Lula Marques / Agência Brasil

Andrei Rodrigues (foto) é acusado pelo ministro André Mendonça de ter cometido ilegalidade com o seu suposto monitoramento

Redes sociais: 73% discordam de Mendonça

O afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, sob acusação de monitoramento ilegal, gerou intensa repercussão nas redes sociais na terça-feira, 8.

Levantamento da Palver, empresa de inteligência e análise do ambiente digital, mostra que nas redes sociais (Instagram, X e Facebook) 73% discordaram do afastamento, contra 27% que apoiaram a decisão.

Nas redes de mensagens, WhatsApp e Telegram, 70% das mensagens da amostra analisada mostravam discordância com a decisão de Mendonça, enquanto 30% indicavam apoio, desconsiderando os neutros.

“A ampla maioria da conversa digital rejeita o afastamento de Andrei Rodrigues, o que sugere que a insatisfação com a medida de Mendonça não é fenômeno isolado de uma bolha específica, mas predominante nos dois ambientes

monitorados”, avalia a Palver no levantamento divulgado nesta quarta-feira.

De acordo com a Palver, o debate digital sobre o tema alcançou cerca de 1,1 mil menções a cada 100 mil mensagens trocadas na mensageria e cerca de 4,3 mil menções a cada 100 mil mensagens nas redes sociais.

Entre as narrativas identificadas pela Palver, a de maior peso é a que vê a medida como abuso de poder de Mendonça para proteger aliados de Flávio

Bolsonaro na investigação do caso Master e perseguir seletivamente figuras ligadas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com peso de 14% na amostra analisada pela empresa.

Já uma narrativa favorável a Mendonça teve peso estimado de 9% na amostra. Esse grupo reúne mensagens enquadrando Mendonça como agente de justiça contra o “sistema”, que expôs um esquema de perseguição política supostamente conduzido pela cúpula da PF sob An-

dre Rodrigues a serviço de Moraes e do governo Lula, segundo o monitoramento.

O levantamento identificou ainda uma terceira narrativa, a de crise institucional aberta entre Moraes e Mendonça, com peso estimado de 11% na amostra da Palver.

Ela reúne mensagens, majoritariamente de caráter jornalístico-analítico, que descrevem a disputa entre Moraes e Mendonça como confronto público inédito dentro do STF.

Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das fake news

A investigação foi aberta pelo STF em março de 2019 e continua em andamento. Alexandre de Moraes havia incluído acusações contra o ministro André Mendonça no processo

Gustavo Moreno / STF

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, retirou o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito das fake news. A decisão foi publicada nesta quarta-feira (9) e ficam preservadas todas as decisões tomadas por Moraes no processo até a data de hoje.

O inquérito foi aberto pela Corte em março de 2019 e continua em andamento. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a medida como forma de combater a veiculação de notícias que atingiam a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Moraes como relator.

A decisão de Fachin ocorre durante uma crise



Na semana passada, Moraes incluiu acusações contra seu desafeto no inquérito das Fake News

protagonizada por Moraes e o ministro André Mendonça. Na semana passada, Moraes incluiu acusações contra Mendonça no âmbito do inquérito das Fake News. O relatório dizia que Mendonça teria, em tese, praticado uma série de condutas tipificadas como improbidade administrativa, abuso de autoridade e favorecimento a determinados grupos políticos.

Dias antes, Mendonça havia retirado o sigilo de um relatório da PF que trazia mensagens enviadas pelo banqueiro Daniel Vercaro a Moraes. Vercaro é alvo central da Operação Compliance Zero, que trata da suspeita de fraudes financeiras bilionárias no Master, e está preso atualmente.

Nesta quarta, Fachin determinou a retirada da investigação contra Mendonça do inquérito das fake news. Todo seu conteúdo foi remetido ao próprio presidente da Corte.

Mendonça solta ex-procurador do INSS

Virgílio Filho foi indiciado pela PF por participação no desvio de contribuições associativas

Gustavo Moreno/STF

Agência Brasil

O ministro André Mendonça, do STF, determinou a soltura de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e indiciado pela Polícia Federal (PF) por participação no desvio de contribuições associativas em aposentadorias e pensões. A decisão foi assinada na noite de terça-feira (8).

A prisão foi substituída

pelo uso de tornozeleira eletrônica, além da proibição de se comunicar com outros investigados ou acessar as dependências do INSS ou da Dataprev, empresa pública que administra o banco de dados da autarquia.

O ex-procurador-geral do INSS foi preso em novembro do ano passado, no âmbito da Operação Sem Desconto, que apura fraudes no desconto de contribuições para associações de aposentados e pensionistas que na verdade funcionavam como instituições de fachada.

No início de agosto, a PF indiciou Virgílio Antô-

nio de Oliveira Filho sob a suspeita de que tenha recebido R\$ 11,9 milhões oriundos de descontos irregulares em aposentadorias. O dinheiro teria sido recebido por meio de sua esposa, a partir de empresas ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Para Mendonça, com o fim da fase investigativa por parte da PF, não haveria mais motivo para manter o ex-procurador-geral do INSS preso. Para o ministro, as novas restrições impostas são suficientes para que o investigado fique impedido de cometer novos crimes.



O ministro André Mendonça determinou que o indiciado use tornozeleira eletrônica

INTERNACIONAL

Rubio não descarta implantação de base dos EUA na Colômbia

Segundo o secretário de Estado americano, a relação de segurança entre os países não será a mesma de antes. Com a proximidade entre os governos, ela “será melhor”, disse

Reprodução / Presidência / Colômbia

Estadão Conteúdo

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, não descartou a possibilidade de o país ter uma base miliar na Colômbia em meio ao avanço do relacionamento bilateral entre os país após a chegada do direitista Abelardo de la Espriella à presidência.

Em entrevista ao canal colombiano RCN Televisión na terça-feira, 8, Rubio disse que “tudo é possível”, ao ser perguntado sobre a possibilidade de bases militares dos EUA na Colômbia. “No final do dia, essa decisão cabe ao presidente, através do Departamento de Guerra. Mas o que posso dizer, sem dúvida, é que a relação de segurança entre os Estados Unidos e a Colômbia não será a mesma de antes; será melhor”, acrescentou.

Rubio também criticou o governo do ex-presidente Gustavo Petro e que o relacionamento com o país latino-americano foi “danificado” no período. “Mas



Após a chegada do direitista Abelardo de la Espriella à presidência, Marco Rúbio vê uma mudança nas relações entre os países

agora estamos entrando em uma nova fase, e acredito que vamos rapidamente recuperar o que tínhamos - e não apenas recuperar o que tínhamos”.

Segundo ele, é preciso estabelecer novas defesas modernas contra as ameaças de cartéis de drogas, especificamente drones que usam fibra ótica, que representam um enorme perigo porque, neste momento, não há defesa convencional

contra eles.

Rubio enfatizou que ambos os países têm interesse em desenvolver nova tecnologia necessária para prevenir esse tipo de ataque e afirmou que há a possibilidade de certificar a Colômbia novamente na luta contra as drogas com o novo governo. OS EUA também querem chegar a um acordo bilateral que elimine as tarifas contra a Colômbia, adicionou.

Perguntado sobre Cuba,

ele respondeu que o “povo cubano está sofrendo, mas não está sofrendo por nossa causa”, já que as pessoas no comando do regime estão seguindo um modelo econômico que “não funciona e nunca funcionou”.

Irã

O Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, na sigla em inglês) negou nesta quarta-feira (9) que a

Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês) tenha atingido dois destróieres da Marinha americana no Oriente Médio e afirmou que todas as tentativas de ataque iranianas fracassaram.

Em publicação no X, o Centcom classificou como “completamente falsa” a alegação de Teerã. “Nenhum navio de guerra da Marinha dos EUA foi atingido. Todos os ataques tentados pela Guarda Revolucionária fracassaram”, afirmou.

O comando militar acrescentou que forças americanas destruíram dez petroleiros iranianos apenas na última semana. Segundo o Centcom, as embarcações integravam uma rede clandestina multibilionária usada para financiar a Guarda Revolucionária. “O Irã não consegue defendê-los”, declarou.

A Guarda Revolucionária havia afirmado ter alvejado dois navios americanos e oito petroleiros no Golfo Pérsico, além de outras dez embarcações que tentavam atravessar uma área considerada “proibida e insegura” no Estreito de Ormuz.

Reino Unido promete defender Malvinas

Governo diz manter forças militares no Atlântico Sul contra “ameaças” após falas de Milei

Estadão Conteúdo

O governo do Reino Unido afirmou que mantém forças militares no Atlântico Sul em nível considerado adequado para defender as Ilhas Malvinas de qualquer “ameaça potencial”, após

parlamentares questionarem a capacidade britânica de dissuadir uma eventual ação militar argentina contra o arquipélago.

Em sessão na Câmara dos Comuns, a ministra para o Desenvolvimento Internacional, Kirsty McNeill, disse que Londres envia uma mensagem “inequívoca” de que as ilhas permanecerão britânicas enquanto essa for a vontade dos habitantes.

“Nossas forças no

Atlântico Sul são mantidas no nível apropriado para garantir a defesa das Ilhas Malvinas contra qualquer ameaça potencial”, afirmou. A declaração ocorreu após um deputado perguntar se o governo possuía meios navais e aéreos suficientes para “dissuadir e, se necessário, defender” as ilhas diante da possibilidade de uma ação militar.

Outro parlamentar citou o aumento dos gastos de defesa da Argentina sob

o presidente Javier Milei e planos de expansão da base naval na Terra do Fogo. Questionada sobre uma eventual revisão da avaliação de ameaças, McNeill afirmou que o governo está “confiante” de que a capacidade defensiva atualmente disponível é adequada ao cenário de riscos.

Em discurso na semana passada, Milei anunciou medidas mais rígidas para impedir a exploração unilateral de petróleo nas Malvi-

nas e reafirmou a soberania argentina sobre o território, atualmente controlado pelo Reino Unido.

O primeiro-ministro do Reino Unido, Andy Burnham, alertou nesta quarta-feira, 9, que será “implacável” na defesa do direito dos habitantes das ilhas Malvinas de serem britânicos. Ao ser questionado sobre o tema, ele disse que sempre terá a postura de apoiar o direito de serem britânicos dos cidadãos do território.